



DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

PODER LEGISLATIVO

Nº 077 CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 09 DE JULHO DE 2007 ANO XXXII

Mesa Executiva

NELSON JUSTUS Presidente - Democratas		
ANTONIO ANIBELLI 1º Vice-Presidente - PMDB	AUGUSTINHO ZUCCHI 2º Vice-Presidente - PDT	FELIPE LUCAS 3º Vice-Presidente - PPS
ALEXANDRE CURI 1º Secretário - PMDB	LUCIANA RAFAGNIN 2ª Secretária - PT	LUIZ ACCORSI 3º Secretário - PSDB
CIDA BORGHETTI 4ª Secretária - PP	CHICO NOROESTE 5º Secretário - PL	
ABIB MIGUEL Diretor Geral		

Lideranças

Líder do Governo	Luiz Claudio Romanelli
Líder da Oposição	Valdir Rossoni
PMDB	Waldyr Pugliesi
PSDB	Ademar Traiano
Democratas	Plauto Miró
PT	Elton Welter
PP	Duílio Genari
PDT	Luiz Carlos Martins
PTB	Fábio Camargo
Bloco PPS/PMN	Marcelo Rangel
Bloco PSB/PL/PRB/PV	Reni Pereira

Representação Partidária

PMDB - 17: Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Beti Pavin - Caíto Quintana - Cleiton Kielse - Dobrandino da Silva - Edson Strapasson - Geraldo Cartário - Luiz Claudio Romanelli - Luiz Eduardo Cheida - Mamede - Mauro Moraes - Nereu Moura - Stephanes Júnior - Teruo Kato - Waldyr Pugliesi; **PSDB** - 07: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Luiz Accorsi - Luiz Malucelli - Luiz Nishimori - Miltinho Pupio - Valdir Rossoni; **PT** - 06: Elton Welter - Luciana Rafagnin - Pedro Ivo - Péricles de Mello - Professor Luizão - Tadeu Veneri; **Democratas** - 05: Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Osmar Bertoldi - Plauto Miró; **PP** - 04: Antonio Belinati - Cida Borghetti - Duílio Genari - Ney Leprevost; **PDT** - 03: Augustinho Zucchi - Edgar Bueno - Luiz Carlos Martins; **PPS** - 03: Douglas Fabrício - Felipe Lucas - Marcelo Rangel; **PTB** - 03: Carlos Simões - Fábio Camargo - Jocelito Canto; **PSB** - 02: Reni Pereira - Ribas Carli Filho; **PL** - 01: Chico Noroeste; **PRB** - 01: Pastor Edson Praczyk; **PMN** - 01: Dr. Batista; **PV** - 01: Rosane Ferreira

SUMÁRIO

DIÁRIO Nº 077

71ª SESSÃO ORDINÁRIA

SUMÁRIO

Mesa Executiva 02

Presenças 02

Abertura da Sessão 02

Expediente:

Ofícios..... 03

Indicações 03

Requerimentos 06

Projetos de Lei 09

Pequeno Expediente:

Dep. Antonio Belinati 17

Horário das Lideranças:

Liderança dos Democratas

Dep. Plauto Miró..... 17

Ordem do Dia:

Leitura do Expediente 18

Discussão/Votação

Redação Final 19

3ª Discussão 19

1ª Discussão 19

Requerimentos 23

Encerramento da Sessão 27

Publicações:

Comissão Executiva

Atos..... 28

Diretoria Geral

Portarias 28

Atas de Comissão

Defesa do Consumidor 29

Publicações Administrativas:

Aditivo Contratual 29

DIÁRIO Nº 077

71ª SESSÃO ORDINÁRIA

1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA ATA DA 71ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 09 DE JULHO DE 2007

(segunda-feira)

Mesa Executiva:

Presidência do Sr. Deputado Nelson Justus, secretariado pelo Sr. Deputado Tadeu Veneri e pela Sra. Deputada Luciana Rafagnin.

Presenças:

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Nelson Justus, Antonio

Anibelli, Augustinho Zucchi, Alexandre Curi, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Cida Borghetti, Ademar Traiano, Antonio Belinati, Artagão Júnior, Beti Pavin, Caíto Quintana, Carlos Simões, Cleiton Kielse, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Duílio Genari, Durval Amaral, Edgar Bueno, Edson Strapasson, Elio Rusch, Elton Welter, Francisco Bühner, Geraldo Cartário, Jocelito Canto, Luiz Cláudio Romanelli, Luiz Eduardo Cheida, Luiz Malucelli, Luiz Nishimori, Marcelo Rangel, Mamede, Miltinho Pupio, Nereu Moura, Ney Leprevost, Pastor Edson Praczyk, Pedro Ivo, Péricles de Mello, Plauto Miró, Professor Luizão, Reni Pereira, Ribas Carli Filho, Rosane Ferreira, Stephanes Júnior, Tadeu Veneri, Teruo Kato, Valdir Rossoni e Waldyr Pugliesi (47).

Ausentes os Srs. Deputados: Felipe Lucas, Chico Noroeste, Dobrandino da Silva, Fábio Camargo, Luiz Carlos Martins, Mauro Moraes e Osmar Bertoldi (07).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão.

Abertura da Sessão:

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

A SRA. 2ª SECRETÁRIA

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada conforme parágrafo 1º do artigo 88, do Regimento Interno.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

Expediente:***Ofícios***

Sob o nº CEE/CC 1197/07 do Sr. Rafael Iatauro - Chefe da Casa Civil do Estado, em resposta ao pedido de informação, requerido pelo Deputado José Domingos Scarpellini, que pede esclarecimentos sobre a viagem oficial do Governador Roberto Requião à França e aos Estados Unidos nos dias 25 de novembro a 08 de dezembro de 2006. **Ao conhecimento do Sr. Deputado interessado.**

Sob o nº CEE/CC 1157/07 e 1195/07 do Sr. Rafael Iatauro - Chefe da Casa Civil do Estado, em resposta ao pedido de informação, requerido pelos Deputados Valdir Rossoni, Rui Hara, Luiz Carlos Martins, Marcelo Rangel, Ademar Traiano e Augustinho Zucchi, que pedem esclarecimentos sobre seguros formalizados para as obras licitadas, executadas e em execução, pela SANEPAR, de 2004 até a presente data. **Ao conhecimento dos Srs. Deputados interessados.**

Sob o nº CEE/CC 1224/07 do Sr. Rafael Iatauro - Chefe da Casa Civil do Estado, em resposta ao pedido de informação, requerido pelo Deputado Jocelito Canto, que pede esclarecimentos sobre o internamento do menor Kaike Luan Ferreira, em Ponta Grossa. **Ao conhecimento do Sr. Deputado interessado.**

Sob o nº CEE/CC 1229/07 do Sr. Rafael Iatauro - Chefe da Casa Civil do Estado, em resposta ao pedido de informação, requerido pelo Deputado Osmar Bertoldi, que pede esclarecimentos sobre as obras no litoral paranaense e sobre o plano de recuperação da Orla Marítima de Matinhos. **Ao conhecimento do Sr. Deputado interessado.**

Indicações**INDICAÇÃO Nº 198/07****SÚMULA:**

Propõe a aprovação de um curso em nível de 2º grau profissionalizante de Técnico em Eletrotécnica, em Campo Mourão.

Senhor Secretário de Estado da Educação

O Deputado Douglas Fabrício, valendo-se de suas competências constitucionais e regimentais, dirige-se a V. Exa. para propor o seguinte:

I - Especial atenção ao atendimento do pedido efetuado pelo SENAI - agência de Campo Mourão - que

entrou com processo junto ao Núcleo Regional de Educação da cidade para a aprovação de um curso em nível de 2º grau profissionalizante de Técnico em Eletrotécnica, na cidade de Campo Mourão.

II - O núcleo de Campo Mourão, por sua vez, protocolou sob o número 9.414.012-9, encaminhando ao Departamento de Educação e Trabalho da Secretária de Estado da Educação.

III - A pertinência da proposição reside no anseio de parte significativa da população que já manifestou interesse em se inscrever, para se habilitarem a exercer a função de Técnico em Eletrotécnica, tão necessária às empresas da região.

IV - Buscamos, também, a ampliação do conhecimento de nossos jovens, podendo despertar interesse e motivá-los ao tornarem-se cidadãos conscientes, ativos e participantes do progresso de suas cidades, do estado e da nação.

V - Manifestou-nos, também, o interesse pela rápida aprovação deste pleito à gerência de recursos humanos da COAMO Agroindustrial Cooperativa, nos informando que possui um bom número de funcionários que estão aguardando para se inscreverem no curso e que a empresa necessita, em diversas unidades, de técnicos com esta especialização profissional.

Ainda, aproveito o ensejo para manifestar nossa mais elevada estima e consideração.

Sala das Sessões, em 09.07.07.

(a) DOUGLAS FABRÍCIO

INDICAÇÃO Nº 199/07**SÚMULA:**

Propõe ao PROVOPAR-PR uma atenção especial e atendimento às necessidades da Associação Familiar Campos Novos, no município de Nova Tebas.

Senhor Presidente:

O Deputado Douglas Fabrício, valendo-se de suas competências constitucionais e regimentais, dirige-se a V. Exa. para expor e reivindicar o seguinte:

I - Que se digne este PROVOPAR-PR em dirigir atenção especial ao atendimento às necessidades da Associação Familiar Campos Novos, do município de Nova Tebas, que necessita de recursos para a aquisição de um computador completo para atender as necessidades da associação na parte burocrática e também para a inclusão das crianças no conhecimento a computação.

Ainda, aproveito o ensejo para manifestar a elevada estima e consideração.

Sala das Sessões, em 09.07.07.

(a) DOUGLAS FABRÍCIO

INDICAÇÃO Nº 200/07**SÚMULA:**

Propõe à COHAPAR - Companhia de Habitação do Paraná, uma atenção especial e atendimento às

necessidades da Associação da Vila Rural Santa Clara, do município de Nova Tebas.

Senhor Presidente:

O Deputado Douglas Fabrício, valendo-se de suas competências constitucionais e regimentais, dirigi-se a V. Exa. para expor e reivindicar o seguinte:

I - Que se digne esta Companhia de Habitação do Paraná - COHAPAR, em dirigir atenção especial ao atendimento às necessidades da Associação da Vila Rural Santa Clara, do município de Nova Tebas, que necessita de recursos para a aquisição de um computador completo para atender as necessidades da associação na parte burocrática e também para a inclusão das crianças no conhecimento a computação.

II - Sabedores de que a implantação e manutenção das Vilas Rurais sempre foi o caminho mais utilizado por esta companhia para o atendimento ao homem do campo, dando-lhes oportunidades e criando condições para o seu desenvolvimento, acreditamos estar perfeitamente enquadrada na condição legal para o atendimento deste pleito.

Ainda, aproveito o ensejo para manifestar a elevada estima e consideração.

Sala das Sessões, em 09.07.07.

(a) DOUGLAS FABRÍCIO

INDICAÇÃO Nº 201/07

SÚMULA:

Propõe ao Governador do Estado do Paraná a inserção, no currículo escolar do ensino médio da rede pública estadual, de disciplina denominada Cidadania e Gestão Pública, englobando conteúdos de cidadania e atualidades.

Senhor Governador:

Art. 1º Fica autorizado o Governo do Estado do Paraná a introduzir, no currículo escolar do ensino médio da rede pública estadual, disciplina denominada Cidadania e Gestão Pública, englobando conteúdos de cidadania e atualidades.

Parágrafo Único. O conteúdo da disciplina referida neste artigo será estipulado pela Secretaria da Educação do Paraná e deverá obrigatoriamente incluir:

- I - noções básicas de justiça e cidadania;
- II - noções básicas de teoria geral do estado e organização dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário;
- III - noções básicas de hermenêutica da lei;
- IV - noções básicas de direitos do consumidor;
- V - noções básicas de direitos e garantias constitucionais;
- VI - noções básicas de direito civil;
- VII - noções básicas de direito penal;
- VIII - noções básicas de direito ambiental;
- IX - estudo de problemas paranaenses; e
- X - análise e proposição de soluções práticas para o desenvolvimento sustentado do estado do Paraná.

Art. 2º O Chefe do Poder Executivo sancionará dispositivo legal regulamentando esta indicação.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 09.07.07.

(a) ARTAGÃO JÚNIOR

JUSTIFICATIVA:

A presente indicação tem o condão de solicitar ao Governo do Estado do Paraná que explicita noções de cidadania e conhecimentos sobre direitos e deveres dispostos no Direito Positivo Brasileiro, à geração que em breve nos substituirá na definição dos trilhos que nosso estado deverá seguir na busca de um futuro melhor.

Atualmente, pelo imediatismo que se torna cada vez mais comum entre a população, bem como pela precariedade do ensino público e, ainda, pela falta de acesso a obras didáticas sobre o tema, assistimos a uma sociedade voltada apenas para a satisfação individual, em detrimento do coletivo, do social.

Também, pelo desconhecimento geral sobre o tema, a população está à mercê de pessoas, físicas ou jurídicas, mal intencionadas, cujo único interesse é obter vantagens indevidas de qualquer espécie, facilitadas pela ignorância alheia.

Além disso, a deseducação de nossos jovens os leva à alienação em relação à sua condição de cidadão, ou seja, os jovens desconhecem os seus direitos de consumidor, de acesso à justiça, de cobrar seu representante eleito, de cobrar o estado pela aplicação correta de seus tributos recolhidos, levando-os ao fracasso pessoal, que em larga escala significa uma nação de fracassados.

Isto sem se falar na banalização dos crimes e contravenções entre a população mais jovem.

A competência da iniciativa, nos termos do artigo 24, inciso IX, da Constituição Federal, é concorrente para união, estados e para o distrito federal, vejamos:

Art. 24. Compete à união, aos estados e ao distrito federal legislar concorrentemente sobre:

(...)

IX - educação, cultura, ensino e desporto;

Ademais, repetindo os termos da Carta Magna Federal, a Constituição Estadual dispõe no artigo 13 o seguinte:

Art. 13. Compete ao estado, concorrentemente com a união, legislar sobre:

(...)

IX - educação, cultura, ensino e desportos;

Por se tratar de competência concorrente, a iniciativa de inserção de conteúdos no ensino médio deve partir da Assembléia Legislativa, conforme determina o artigo 53, concomitantemente com o artigo 65, ambos da Constituição Estadual.

Art. 53. Cabe à Assembléia Legislativa, com a sanção do Governador do Estado, a qual não é exigida, no entanto, para o especificado no artigo 54, dispor sobre

todas as matérias de competência do estado, especificamente:

(...)

XVII - matéria da legislação concorrente da Constituição Federal;

Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

No mérito, o artigo 205 da Constituição Federal nos traz como objetivos a serem buscados pela administração pública no tocante ao ensino, o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho, vide texto:

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Este é justamente, o princípio norteador do presente projeto de lei, que também se embasa em outras determinações constitucionais abaixo transcritas:

Art. 211. ...

§ 3º Os estados e o distrito federal atuarão prioritariamente no ensino fundamental e médio. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 014, de 1996).

Art. 214. A lei estabelecerá o plano nacional de educação, de duração plurianual, visando à articulação e ao desenvolvimento do ensino em seus diversos níveis e à integração das ações do Poder Público que conduzam à:

(...)

III - melhoria da qualidade do ensino;

(...)

A referência à lei feita pelo artigo 214 acima transcrito foi concretizada com a edição, em 1996, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, Lei Federal nº 9394/96, a qual conferiu poder ao estado para incluir temas a exemplo do tratado nesta lei, buscando de um lado a formação integral para o aluno e, de outro, uma sociedade mais justa, consciente e fraterna.

Vejamos o que dizem os artigos 27, 35 e 36 da referida lei:

Art. 27. Os conteúdos curriculares da educação básica observarão, ainda, as seguintes diretrizes:

I - a difusão de valores fundamentais ao interesse social, aos direitos e deveres dos cidadãos, de respeito ao bem comum e à ordem democrática;

(...)

Art. 35. O ensino médio, etapa final da educação básica, com duração mínima de 3 anos, terá como finalidades:

(...)

II - a preparação básica para o trabalho e a cidadania do educando, para continuar aprendendo, de modo

a ser capaz de se adaptar com flexibilidade a novas condições de ocupação ou aperfeiçoamento posteriores;

III - o aprimoramento do educando como pessoa humana, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico;

(...)

Art. 36. O currículo do ensino médio observará o disposto na Seção I deste capítulo e as seguintes diretrizes:

I - destacará a educação tecnológica básica, a compreensão do significado da ciência, das letras e das artes; o processo histórico de transformação da sociedade e da cultura; a língua portuguesa como instrumento de comunicação, acesso ao conhecimento e exercício da cidadania;

(...)

Vale ressaltar que o estado do Paraná é uma ilha de subdesenvolvimento, conforme o estudo do PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento sobre o IDH (que leva em conta a alfabetização e educação), se o compararmos com os estados vizinhos.

Fica, desde já, a sugestão de que o teor destes conteúdos seja englobado em uma cartilha ou livro didático, a qual deverá ficar a cargo de profissionais com elevado conhecimento jurídico, facilmente encontrados entre os Procuradores e advogados do estado.

Sugerimos também, que após atendida a rede pública estadual de ensino, estenda-se a atividade às prefeituras mediante fornecimento de material didático e suporte, através de convênio destas entidades com a Secretaria Estadual de Educação.

INDICAÇÃO Nº 202/07

SÚMULA:

Propõe ao Governador do Estado Roberto Requião e ao Secretário da Educação a criação de Biblioteca Cidadã no município de Amaporã.

Senhor Governador, Senhor Secretário:

O Deputado abaixo subscrito, no uso de suas atribuições regimentais, após receber o apoio de seus Pares, REQUER seja aprovada a presente indicação, a fim de se propor ao senhor Governador do Estado e ao Secretário da Educação a construção de uma Biblioteca Cidadã no município de Amaporã, pelas razões que especifica na justificativa abaixo.

Sala das Sessões, em 09.07.07.

(a) TERUO KATO

JUSTIFICATIVA:

No município de Amaporã reside grande número de trabalhadores rurais que labutam nas lavouras de cana e mandioca. Ou seja, nessa região vivem pessoas com baixíssimo poder aquisitivo, que não têm condição de arcar com os custos do material escolar de seus filhos, que dirá com a compra de livros infantis ou de pesquisas.

Em face dessa realidade, não há como se oferecer às crianças e adolescentes dessa região atividades cultu-

rais que lhes despertem o gosto pelo estudo e pela leitura sem o auxílio do estado.

A construção de uma Biblioteca Cidadã em Amaporã, portanto, mas do que constituir-se em importante vetor de desenvolvimento intelectual e cultural para os estudantes do ensino básico e fundamental daquela região, é ferramenta indispensável para complementar-se o processo educacional dessas crianças e adolescentes.

INDICAÇÃO Nº 203/07

SÚMULA:

Instalação do Sistema de Verificação de Óbitos em Ponta Grossa.

Ao Senhor Governador do Estado do Paraná;

Ao Senhor Secretário de Estado da Segurança Pública:

1) Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, sugerem que seja instalado o Sistema de Verificação de Óbitos em Ponta Grossa.

2) Justifica-se tal indicação, pelo fato de que estão aumentando significativamente os problemas com relação aos óbitos em Ponta Grossa e região. Com a instalação do Sistema de Verificação de Óbitos em Ponta Grossa muitos desses problemas seriam minimizados.

Sala das Sessões, em 09.07.07.

(aa) MARCELO RANGEL, JOCELITO CANTO, PLAUTO MIRÓ e PÉRICLES DE MELLO.

Requerimentos

REQUERIMENTO Nº 1975

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, nos termos do artigo 181 do Regimento Interno, regime de urgência ao Projeto de Lei nº 467/07 - oriundo da Mensagem nº 022/07, que altera a denominação da Secretaria de Estado da Criança - SECR, a que se refere o artigo 1º da Lei nº 15347, de 22 de dezembro de 2006, para a Secretaria de Estado da Criança e da Juventude - SECJ, como especifica.

Sala das Sessões, em 09.07.07.

(a) LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

REQUERIMENTO Nº 1978

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, regime de urgência para o Projeto de Lei nº 134/07, de minha autoria, que dispõe sobre a obrigação de utilização de material biodegradável nas embalagens de supermercados, no estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 09.07.07.

(a) CAÍTO QUINTANA

REQUERIMENTO Nº 1949

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, autorização desta Casa de Leis para ausentar-se do país, com o destino ao Chile, no período de 10 a 30 de julho do corrente ano, para tratar de assuntos particulares, sem ônus para o Poder Legislativo.

Sala das Sessões, em 09.07.07.

(a) OSMAR BERTOLDI

REQUERIMENTO Nº 1969

Senhor Presidente:

O Deputado Estadual infra-assinado, no uso de suas atribuições constitucionais, legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que o Governador do Estado, por meio de suas Secretarias de Estado responsáveis, proceda, em caráter de urgência, a manutenção e recapeamento da estrada que liga o centro da cidade de Tupãssi ao distrito de Palmitolândia, pertencente ao município de Tupãssi.

O distrito de Palmitolândia está localizado a aproximadamente 10 quilômetros da sede, e é interligado por via asfaltada e posteriormente doada pelo estado, não recebendo, após receber cobertura asfáltica, nenhum tipo de manutenção ou recapeamento.

Cabe ressaltar que a via em questão é fundamental para o escoamento da safra agrícola produzida na região, o que indica a extrema necessidade de sua manutenção para a agricultura e economia do estado do Paraná.

Assim sendo, resta claro a pertinência do contido neste requerimento, visto que apenas uma solução rápida e eficaz por parte Governo do Estado pode resultar na facilidade do escoamento da produção agrícola da região, além de facilitar o acesso à referida localidade.

Sala das Sessões, em 09.07.07.

(a) ELIO RUSCH

REQUERIMENTO Nº 1951

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o envio de votos de profundo pesar pelo falecimento do Sr. Sadi Ramos de Oliveira.

Requer ainda, que seja dada ciência à família enlutada, através de correspondência a ser encaminhada à R. Pitanga, 622 - Bairro Bonsucesso - Ponta Grossa/PR.

Sala das Sessões, em 09.07.07.

(a) MARCELO RANGEL

REQUERIMENTO Nº 1952

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o envio de votos de profundo pesar pelo falecimento do Sr. Alexsandro Roque de Jesus.

Requer ainda, que seja dada ciência à família enlutada, através de correspondência a ser encaminhada à R. Cruzeiro, 49 - Jardim Boa Vista - Ponta Grossa/PR.

Sala das Sessões, em 09.07.07.

(a) MARCELO RANGEL

REQUERIMENTO Nº 1953

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o envio de votos de profundo pesar pelo falecimento de Eduardo Senczeszm.

Requer ainda, que seja dada ciência à família enlutada, através de correspondência a ser encaminhada à R. Lions Club, 635 - Bairro Sabará - Ponta Grossa/PR.

Sala das Sessões, em 09.07.07.

(a) MARCELO RANGEL

REQUERIMENTO Nº 1954

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o envio de votos de profundo pesar pelo falecimento de Daiana Maria Gabriel dos Santos.

Requer ainda, que seja dada ciência à família enlutada, através de correspondência a ser encaminhada à R. Dr. Batista de Lacerda, 44 - Vila Leila Maria - Ponta Grossa/PR.

Sala das Sessões, em 09.07.07.

(a) MARCELO RANGEL

REQUERIMENTO Nº 1955

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o envio de votos de profundo pesar pelo falecimento de Eliane Barbosa.

Requer ainda, que seja dada ciência à família enlutada, através de correspondência a ser encaminhada à R. José Pedro Silveira Godói Gomes, 337 - Parque Nossa Senhora das Graças - Ponta Grossa/PR.

Sala das Sessões, em 09.07.07.

(a) MARCELO RANGEL

REQUERIMENTO Nº 1960

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, sejam enviados votos de profundo pesar, pelo falecimento do Senhor Roberto Schmidt, ocorrido no dia 05 de julho de 2007, no município de Sulina/PR.

Requer ainda, que seja dada ciência à família enlutada, através de seus pais Alcirio Schmidt e Nadir Schmidt, enviando correspondência à R. Dom Pedro II, 641, Centro - Sulina/PR.

Sala das Sessões, em 09.07.07.

(a) NEREU MOURA

JUSTIFICATIVA:

Professor, muito se esforçou para dotar Sulina de um bom nível de ensino. Homem de visão, deixou uma marca que jamais se apagará da memória de todos que com ele tiveram o privilégio de conviver. Tinha posições firmes, jamais abria mão de lutar por aquilo que achava justo e correto.

A morte do professor Roberto Schmidt foi de grande consternação para Sulina. De fato, ela representa uma tragédia inigualável, por mais que as pessoas acreditem que se está saindo de uma vida para outra, mesmo assim dificilmente alguém aceita a perda de um parente, amigo ou até mesmo de um conhecido.

Assim se encontra a tradicional família Schmidt, totalmente consternada. Sobretudo em função que o falecido era muito jovem ainda para partir deste mundo. Todavia, é necessário partir do pressuposto de que Deus, na sua inesgotável bondade e sabedoria, é justo e sabe o que faz. Por isso, resta-nos neste instante de profundo sofrimento, dor e tristeza para a família, amigos e conhecidos, rogar ao Pai supremo que acolha este filho, reservando-lhe um local junto ao trono eterno.

Aceitem os nossos sinceros votos de pesar.

REQUERIMENTO Nº 1961

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, sejam enviados votos de profundo pesar, pelo falecimento do Senhor Antonio Galante, ocorrido no dia 05 de julho de 2007, no município de Jesuítas/PR.

Requer ainda, que seja dada ciência à família enlutada, através de sua esposa Juraci Ferraz Galante, enviando correspondência à R. Padre José Manwanet Wvives, casa 365, Centro - Jesuítas/PR.

Sala das Sessões, em 09.07.07.

(a) NEREU MOURA

JUSTIFICATIVA:

É justo prestar uma última homenagem a um dos pioneiros de Jesuítas. O falecimento do senhor Antonio Galante abre uma lacuna que, com certeza, jamais será preenchida. Ficará o seu legado, que os seus amigos e principalmente seus familiares haverão de dar seqüência.

Pessoa de fácil relacionamento, era bem quisto pela população. Honesto, cumpria com fervor os seus compromissos e por isso mesmo possuía grande credibilidade. Bom pai de família, deixou um exemplo magnífico de como se conduz uma família.

As pessoas que conviveram com o senhor Antonio Galante são testemunhas da sua benevolência, caráter, retidão e integridade, grangeando com isso uma legião de amigos e admiradores.

Às vezes não conseguimos compreender os desígnios de Deus para as nossas vidas, porém temos que aceitar, muito embora seja doloroso, principalmente quando nos deparamos com a morte de pessoas queridas. O senti-

mento é de tristeza e desânimo. Mais um companheiro que partiu desse mundo. Devemos agora nos unir em oração rogando a Deus que o acolha e lhe reserve um espaço abençoado.

Aceitem os nossos sinceros votos de pesar.

REQUERIMENTO Nº 1977

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, usando das atribuições, REQUER seja inserido nos Anais desta Casa votos de pesar à família da Sra. Sônia Maria Silvestre Lopes, Vereadora do município de Marialva, com 54 anos de idade.

Sônia era advogada dedicando grande parte de sua vida à assistência jurídica das famílias pobres de Marialva, destacando-se pelo seu empenho em favor da educação e cultura durante os seus 4 mandatos como Vereadora pelo PSDB.

Sônia tinha 54 anos e morreu nesta última quinta-feira, em um hospital de Maringá, vítima de câncer.

Nascida e criada em Marialva, a Vereadora e também advogada, foi professora no Colégio Parigot de Souza, foi Secretária Municipal de Educação e teve participações em várias entidades filantrópicas, tendo sido sócia-fundadora do Hospital Metropolitano.

Deixa viúvo o Sr. Nilson Lopes e 2 filhos.

À família enlutada as sinceras condolências deste Poder Legislativo.

Sala das Sessões, em 09.07.07.

(a) LUIZ NISHIMORI

REQUERIMENTO Nº 1965

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, vem pelo presente REQUERER, após ouvido o douto Plenário, seja inserido nos Anais desta Casa voto de congratulações a Deputada Cida Borghetti, 4ª Secretária da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, pelo título de Defensora da Cidadania.

A Deputada Cida Borghetti foi homenageada na noite de quinta-feira (05/07/07) na Sociedade Giuseppe Garibaldi, pelos serviços prestados à comunidade e ao fortalecimento das relações Brasil-Itália, em evento que comemorava o bicentenário de nascimento de Giuseppe Garibaldi.

Sala das Sessões, em 09.07.07.

(a) DUÍLIO GENARI

REQUERIMENTO Nº 1966

Senhor Presidente:

O Deputado Duílio Genari, que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, registro de votos de louvor, congratulações e muito aplauso ao casal Inelbe Nair Gabardo e Alside Gabardo, pela celebração

de Bodas de Ouro, completando assim, 50 anos de feliz união conjugal, cuja comemoração se realizará no dia 28 de julho de 2007, na cidade de Toledo.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná compartilha da felicidade e alegria do casal, apresentando os votos louvor, congratulações e muito aplauso, extensivos aos filhos, netos, genros e noras e todos os familiares.

Cumprimentos também à comunidade de Toledo, por ter em seu meio o ilustre casal Inelbe Nair e Alside, que ao longo dos anos muito trabalhou e ainda participa ativamente da vida comunitária, pelo que são reconhecidos e respeitados pelo seu modo de ser, sentir e agir como cidadãos responsáveis e preocupados com tudo que diz respeito ao bem coletivo.

Requer ainda, que seja oficiado ao casal a decisão desta Casa, no endereço: Alside Gabardo, Fazenda Santo Antonio, s/n, Vila Nova - Toledo - PR - CEP 85926-000.

Sala das Sessões, em 09.07.07.

(a) DUÍLIO GENARI

REQUERIMENTO Nº 1976

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja inserido nos Anais desta Casa votos de congratulações ao Juiz Fernando Eizo Ono, pela sua indicação na lista quintupla ao Tribunal Superior do Trabalho. A indicação foi feita pelos seus colegas Juízes.

Fernando Ono é paranaense, natural de Assaí, no norte pioneiro, e Juiz do Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região, com sede em Curitiba.

A lista com os 5 nomes indicados será enviada ao Presidente Luis Inácio Lula da Silva, que escolherá 3 nomes, os quais serão indicados para serem sabatinados pelo Senado da República.

Sala das Sessões, em 09.07.07.

(a) LUIZ NISHIMORI

REQUERIMENTO Nº 1958

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após a manifestação do soberano Plenário, seja endereçado expediente ao presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, com apoio total à nomeação do Juiz Fernando Ono para o Tribunal Superior do Trabalho. Trata-se do único nome da região sul do país que consta da lista de 5 nomes em mãos do Sr. Presidente da República.

Fernando Ono, uma das figuras mais respeitadas na vida pública paranaense, teve destacada atuação nas diversas vezes em que atuou como Juiz Substituto no TST. No Tribunal Regional do Trabalho ocupou a presidência, vice-presidência e também o cargo de Corregedor do Tribunal Regional do Trabalho do Paraná, sempre com atuação brilhante, elogiada pelos seus Pares, advogados e pela sociedade de um modo geral.

O Brasil, em especial o Tribunal Superior do Trabalho e a região sul, será engrandecido com a nomeação do Juiz e professor Fernando Ono como Ministro do TST.

Sala das Sessões, em 09.07.07.

(a) ANTONIO BELINATI

REQUERIMENTO Nº 1959

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais a após ouvido o douto Plenário, REQUER o envio de expediente ao Sr. Governador do Estado do Paraná, solicitando o envio de cópias dos contratos de serviços firmados entre a COPEL e SANE-PAR e a empresa Prosper, bem como cópias das ações e decisões judiciais, as indenizações pagas nos anos de 2006 e 2007, pela COPEL e referidas empresas contratadas.

Sala das Sessões, em 09.07.07.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 1950

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o envio de pedido de informações ao Sr. Roberto Requião - Governador do Estado, para informar as questões abaixo:

1) Foi instalada uma comissão para elaborar estudos em relação a retomada das atividades do curso de Medicina na Universidade Estadual de Ponta Grossa?

2) Quantos membros participarão desta comissão de estudos?

3) Quais são as pessoas indicadas para compor esta comissão de estudos?

4) Qual o prazo para apresentação do relatório final destes estudos?

Sala das Sessões, em 09.07.07.

(a) MARCELO RANGEL

REQUERIMENTO Nº 1956

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais, a adiante nominada, Deputada com assento nesta Casa de Leis, REQUER à Mesa seja oficiado ao Secretário de Estado da Saúde, Cláudio Xavier, solicitando do mesmo informações sobre a possibilidade de disposição de uma ambulância para atendimento no Posto de Defesa Civil do município de Colorado, conforme reivindicação do Conselho Comunitário de Segurança do referido município.

Sala das Sessões, em 09.07.07.

(a) CIDA BORGHETTI

REQUERIMENTO Nº 1957

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais, a adiante nominada, Deputada com assento nesta Casa de Leis,

REQUER à Mesa seja oficiado ao Secretário de Estado da Educação, Exmo. Sr. Maurício Requião, solicitando do mesmo informações sobre a existência de previsão para reforma dos muros e calçadas do Colégio Estadual Brasília Itiberê, no município de Maringá.

Trata-se de reivindicação da comunidade, haja vista a situação das referidas benfeitorias.

Sala das Sessões, em 09.07.07.

(a) CIDA BORGHETTI

REQUERIMENTO Nº 1972

Senhor Presidente:

O Deputado que abaixo subscreve, valendo-se de suas competências regimentais, SOLICITA informações por meio desta e após a apreciação pelo Plenário desta Casa de Leis, que seja enviado expediente a Sra. Sandra Berenice Ferrari Turra, Diretora-Presidente da FUNDE-PAR - Instituto de Desenvolvimento Educacional do Paraná, para que este forneça informações acerca das seguintes questões sobre o Colégio Estadual de Campo Mourão - Ensino Fundamental, Médio, Profissionais e Normal:

1) liberação de recursos solicitados em 22/05/06, conforme protocolado nº 9.007.691-4;

2) liberação de recursos solicitados em 24/10/06, conforme protocolado nº 9.236.984-6.

Diante do presente, certo de que com respeito à atuação deste Parlamentar, receberemos o quanto antes as respostas necessárias ao esclarecimento da questão, agradeço antecipadamente.

Ainda, aproveito o ensejo para manifestar a elevada estima e consideração.

Sala das Sessões, em 09.07.07.

(a) DOUGLAS FABRÍCIO

Projetos de Lei

PROJETO DE LEI Nº 483/07

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação dos Artesãos de Quarto Centenário, com sede e foro no município de Quarto Centenário, estado do Paraná.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 09.07.07.

(a) NEREU MOURA

JUSTIFICATIVA:

A Associação dos Artesãos de Quarto Centenário é sociedade civil, sem fins lucrativos, tendo por principais objetivos:

a) pugnar pelos interesses legítimos dos seus associados;

b) exercer junto aos poderes públicos, às sociedades congêneres e a terceiros em geral, a representação dos artesãos, consoante a lei;

c) desempenhar todas as funções que as leis atribuem ou consintam às sociedades desta natureza;

d) organizar e manter serviços de utilidade para seus associados, tais como a compra de matéria-prima e outros produtos de consumo profissional;

e) fomentar entre os artesãos o espírito de solidariedade, visando a comunhão de seus interesses;

f) buscar e promover os meios alternativos, ou condições, para a divulgação e venda dos produtos elaborados por seus associados;

g) manter serviços de informações e consultas;

h) promover meios de instruir, esclarecer e orientar seus associados quanto às suas atividades.

A associação preenche os requisitos exigidos para sua declaração de utilidade pública estadual, eis que conforme se comprova com os documentos aqui anexados, possui personalidade jurídica, seus estatutos estão registrados no Serviço Notarial e de Registro de Quarto Centenário, comarca de Goioerê - Paraná, prestando desinteressadamente serviços à comunidade, e sua diretoria não é remunerada.

Anexa-se, ainda, ata de eleição da diretoria atual, bem como o relatório de atividades do último ano.

Isto posto, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para a aprovação do presente projeto de lei.

PROJETO DE LEI Nº 484/07

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação Regional dos Avicultores do Oeste e Sudoeste do Paraná, com sede e foro no município de Capitão Leônidas Marques, estado do Paraná.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 09.07.07.

(a) NEREU MOURA

JUSTIFICATIVA:

A Associação Regional dos Avicultores do Oeste e Sudoeste do Paraná é sociedade civil, sem fins lucrativos, tendo por principais objetivos;

a) colaborar com os poderes públicos no desenvolvimento da solidariedade das classes;

b) manter serviços de assistência judiciária para associados, visando a proteção e união da categoria econômica em todos os níveis;

c) fundar e manter escolas de ensino técnico-profissional;

d) desenvolver atividades que visem a proteção e amparo econômico dos avicultores.

A associação preenche os requisitos exigidos para sua declaração de utilidade pública estadual, eis que conforme se comprova com os documentos aqui anexados, possui personalidade jurídica, seus estatutos estão registrados no Serviço Notarial e de Registro de Capitão Leônidas Marques, comarca de Capitão Leônidas Marques - Paraná, prestando desinteressadamente serviços à comunidade, e sua diretoria não é remunerada.

Anexa-se, ainda, ata de eleição da diretoria atual, bem como o relatório de atividades do último ano.

Isto posto, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para a aprovação do presente projeto de lei.

PROJETO DE LEI Nº 485/07

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica o Poder Executivo Estadual autorizado a efetuar cessão de uso à Prefeitura Municipal de Nova Londrina, do imóvel objeto da Matrícula nº 1616 do Livro 2, fls. 01, do Registro de Imóveis da Comarca de Nova Londrina, constituído por partes dos lotes nºs 08, 08 e 09 da quadra nº 18 da Planta Geral da Cidade de Nova Londrina, com área de 658,56m² (seiscentos e cinquenta e oito, cinquenta e seis metros quadrados), sobre o qual encontra-se edificado um prédio de alvenaria, com 162,35m², o qual será destinado a abrigar órgão da Secretaria de Educação.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 09.07.07.

(a) CAÍTO QUINTANA

JUSTIFICATIVA:

O imóvel objeto do presente projeto de lei, pertencente ao município de Nova Londrina, foi doado à Secretaria de Estado das Finanças do Governo do Estado do Paraná, em 27 de outubro de 1977, para abrigar a Agência de Rendas do município.

Recentemente, por questões de interesse do estado, a referida agência de rendas foi extinta, restando desocupado o prédio existente sobre o mencionado imóvel.

Atualmente, o município de Nova Londrina está cedendo ao Governo do Estado um outro imóvel, ocupado por órgão da Secretaria da Agricultura e não dispõe de outro onde possa instalar o departamento de educação.

Por essas razões, contamos com o apoio dos nobres Parlamentares para aprovação deste projeto de lei autorizatório, objetivando a cessão de uso do imóvel de propriedade do Poder Executivo Estadual para o município de Nova Londrina.

PROJETO DE LEI Nº 486/07
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação de Moradores do Bairro Santa Rita de Cássia, com sede no município e foro de Palmital.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 09.07.07.

(a) ALEXANDRE CURI

JUSTIFICATIVA:

A Associação dos Moradores do Bairro Santa Rita de Cássia, fundada em 27 de março de 2006, na cidade de Palmital, tem por finalidade reivindicar as necessidades da comunidade em que está inserida, bem como, promover e contribuir para a formação e o desenvolvimento humano, cultural, social, econômico e de bem-estar da vida comunitária entre os moradores.

Destacamos, sobremaneira, a constante e importante atuação desta entidade no seio da comunidade a que se destina representar, com o êxito comprovadamente alcançado em todas as suas atuações.

Trata-se de uma entidade com personalidade jurídica de direito privado, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ nº 07928368/0001-63, e pela sua comprovada importância e representatividade, merece ser considerada por lei, como entidade de utilidade pública do estado do Paraná.

Sendo assim, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para a declaração desta entidade como de utilidade pública do estado do Paraná.

PROJETO DE LEI Nº 487/07
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública o Grupo da Melhor Idade Estrela do Mar de Ipanema, com sede no município Portal do Paraná e foro de Matinhos.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 09.07.07.

(a) ALEXANDRE CURI

JUSTIFICATIVA:

O Grupo da Melhor Idade Estrela do Mar de Ipanema, entidade fundada em 14 de março de 2005, têm por finalidade atender as necessidades do grupo a que destina o seu trabalho na comunidade em que está inserida, bem como promover a harmonização e o amparo aos seus atendidos, além de contribuir para o bem-estar destes na sociedade.

Destacamos, sobremaneira, a constante e importante atuação desta entidade perante seus representados, com o êxito comprovadamente alcançado em todas as suas realizações.

Trata-se de uma entidade com personalidade jurídica de direito privado, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ nº 07453880/0001-09, e pela sua comprovada importância e representatividade, merece ser considerada por lei, como entidade de utilidade pública do estado do Paraná.

Sendo assim, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para a declaração desta entidade como de utilidade pública do estado do Paraná.

PROJETO DE LEI Nº 488/07
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação Clube de Idosos Paz e Amor, com sede e foro no município de Marechal Cândido Rondon.

Art. 2º Esta lei passa a vigorar na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 09.07.07.

(a) ELIO RUSCH

JUSTIFICATIVA:

Honrosamente submeto à apreciação de V. Exas. o projeto de lei em tela, que tem como escopo declarar de utilidade pública a Associação Clube de Idosos Paz e Amor, com sede e foro no município de Marechal Cândido Rondon.

Esta associação é uma entidade sem fins lucrativos, com o propósito de promover o estímulo ao desenvolvimento comunitário, objetivando a defesa das atividades econômicas, sociais e culturais de seus associados que se dedicam à exploração da agropecuária e conseqüente transformação artesanal ou industrial, entre outras finalidades de elevado caráter social, como bem disposto no estatuto social.

Considerando os nobres objetivos dessa entidade, é que conclamo aos ilustres Pares o apoio e a conseqüente aprovação da presente proposição de lei.

PROJETO DE LEI Nº 489/07
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º As provas e demais avaliações e atividades referentes a concursos públicos e vestibulares, em qualquer de suas fases, não se realizarão aos sábados.

Art. 2º Os processos seletivos que visem ao preenchimento de funções ou empregos públicos, ou ainda,

vagas no ensino superior realizar-se-ão com observância do disposto nesta lei.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 09.07.07.

(a) ARTAGÃO JÚNIOR

JUSTIFICATIVA:

A Constituição da República Federativa do Brasil consagra como direito fundamental a liberdade de religião, prescrevendo que o Brasil é um país laico.

Pretende-se, com essa afirmação, dizer que, consoante a vigente Constituição Federal, o estado deve se preocupar em proporcionar as seus cidadãos um clima de perfeita compreensão religiosa, proscrevendo a intolerância e o fanatismo.

Deve existir uma divisão muito acentuada entre o Estado e a Igreja (religiões em geral), não podendo existir nenhuma religião oficial, devendo, porém, o estado prestar proteção e garantia ao livre exercício de todas as religiões.

Numa mesma linha, pode-se dizer que o estado tem o dever de proteger o pluralismo religioso dentro de seu território, criar as condições materiais para um bom exercício sem problemas dos atos religiosos das distintas religiões, velar pela pureza do princípio de igualdade religiosa, mas deve manter-se à margem do fato religioso, sem incorporá-lo em sua ideologia.

A liberdade religiosa foi expressamente assegurada uma vez que a mesma faz parte do rol dos direitos fundamentais, sendo considerada por alguns juristas como uma liberdade primária, portanto, cláusula pétrea.

A liberdade de religião engloba, na verdade, 3 tipos distintos, porém intrinsecamente relacionados de liberdades: a liberdade de crença; a liberdade de culto; e a liberdade de organização religiosa.

O mestre José Afonso da Silva (in Curso de Direito Constitucional Positivo, 15ª ed., Editora Malheiros, São Paulo, 1998. Pg. 252), assim nos ensina:

Na liberdade de crença entra a liberdade de escolha da religião, a liberdade de aderir a qualquer seita religiosa, a liberdade (ou o direito) de mudar de religião, mas também compreende a liberdade de não aderir à religião alguma, assim como a liberdade de descrença, a liberdade de ser ateu e de exprimir o agnosticismo. Mas não compreende a liberdade de embarçar o livre exercício de qualquer religião, de qualquer crença.

O inciso VI do artigo 5º, estipula que ninguém será privado de direitos por motivo de crença religiosa ou de convicção filosófica ou política, salvo se as invocar para eximir-se de obrigação legal a todos imposta e recusar-se a cumprir prestação alternativa, fixada em lei.

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no país, a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

.VI - é inviolável a liberdade de consciência e de crença, sendo assegurado o livre exercício dos cultos religiosos e garantia, na forma da lei, a proteção aos locais de culto e a suas liturgias;

Com supedâneo nessas informações, aliado ao fato de que o estado deve proporcionar aos cidadãos paranaenses ou não, condições materiais para que nenhum direito ou garantida constitucional seja violado, é que se propõe o presente projeto de lei.

PROJETO DE LEI Nº 490/07

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica obrigatório, à partir da 5ª série do ensino fundamental da rede pública estadual, a inserção de conteúdos acerca da organização, atribuição, fundamentação e divisão dos tributos arrecadados pela união, estados e municípios, bem como da inserção do cidadão como contribuinte.

Parágrafo Único. Os conteúdos referidos neste artigo serão estipulados pela Secretaria da Educação do Paraná e inseridos nas disciplinas atuais como temas transversos, devendo obrigatoriamente incluir:

I - noções básicas de Teoria Geral do Estado e organização dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário;

II - noções básicas de Gestão Pública;

III - noções básicas de Direito Tributário, com enfoque sobre o direito de tributar dos entes federativos e tributos em geral;

IV - noções básicas de Divisão dos Tributos entre os entes federativos e suas atribuições orçamentárias; e

V - noções básicas de Interpretação da Lei de Responsabilidade Fiscal (LC nº 101/00).

Art. 2º O Chefe do Poder Executivo regulamentará esta lei no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data da publicação.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 09.07.07.

(a) ARTAGÃO JÚNIOR

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de lei visa tornar mais claro para os nossos jovens a organização, divisão, arrecadação e destinação dos tributos e o porquê e como deve ser a participação do cidadão nesta estrutura, a fim de que fomentemos uma sociedade mais ativa, participativa e consciente de seu papel na busca do bem comum e da justiça.

Hodiernamente, não é de domínio público o papel dos entes federativos na consecução dos trabalhos para a manutenção da ordem atual e busca de um futuro melhor, gerando sempre equívocos na hora de se definir quais as

atribuições de cada um e a quem recorrer quando necessário.

Isto se dá, entre outras razões, com descaso e indiferença, porque o cidadão médio desconhece inclusive a organização político-social do país, ignorando os princípios fundamentais da república federativa.

Aprofundando-se um pouco mais, percebe-se que o próprio significado da palavra “política” é motivo de confusão e interpretação dúbia por desconhecimento e, claro, também pela atuação de maus profissionais como agentes políticos.

Além disso, vê-se o crescimento da desordem, do descaso, da vilania e da corrupção em nossa sociedade, fatos normalmente ligados à falta de comprometimento das pessoas para com a coletividade, o qual somente se modificará positivamente com o domínio por parte de todos os assuntos públicos.

Uma parcela de fundamental importância da educação se dá dentro do lar, mas a escola tem seu papel primordial na difusão de conteúdos que envolvam a sociabilidade e coletividade, visto que é lá que ocorre o primeiro contato e posterior desenvolvimento na personalidade do ser humano.

Infelizmente, apesar da obrigatoriedade de inserção de temas transversos imposta pela LDB - mais tarde tratada com maior profundidade - o sistema de ensino público não desenvolve assuntos relacionados à conjuntura político-social ou referentes à própria cidadania, deixando estes temas à margem do aprendizado.

Esta abstinência de atendimento à cultura por parte dos órgãos oficiais desencadeia um processo de alienação progressiva no âmago da sociedade, obrigando, tacitamente, os nossos jovens a manterem-se neste inevitável círculo viciosos de proliferação da miséria e do banditismo.

A competência da iniciativa, nos termos do artigo 24, inciso IX, da Constituição Federal, é concorrente para união, estados e para o distrito federal, vejamos:

Art. 24. Compete à união, aos estados e ao distrito federal legislar concorrentemente sobre:

(...)

IX - educação, cultura, ensino e desporto;

Ademais, repetindo os termos da Carta Magna Federal, a Constituição Estadual dispõe no artigo 13 o seguinte:

Art. 13. Compete ao estado, concorrentemente com a união, legislar sobre:

...

IX - educação, cultura, ensino e desportos;

Por se tratar de competência concorrente, a iniciativa de inserção de conteúdos no ensino médio pode partir da Assembléia Legislativa, conforme determina o artigo 53, concomitantemente com o artigo 65, ambos da Constituição Estadual.

Art. 53. cabe à Assembléia Legislativa, com a sanção do Governador do Estado, a qual não é exigida, no entanto, para o especificado no art. 54, dispor sobre

todas as matérias de competência do estado, especificamente:

...

XVII - matéria da legislação concorrente da Constituição Federal;

Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

No mérito, o artigo 205 da Constituição Federal nos traz como objetivos a serem buscados pela administração pública no tocante ao ensino, o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho, vide texto:

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Este é justamente, o princípio norteador do presente projeto de lei, que também se embasa em outras determinações constitucionais abaixo transcritas:

Art. 211...

§ 3º Os estados e o distrito federal atuarão prioritariamente no ensino fundamental e médio. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 014, de 1996).

Art. 214. A lei estabelecerá o plano nacional de educação, de duração plurianual, visando à articulação e ao desenvolvimento do ensino em seus diversos níveis e à integração das ações do Poder Público que conduzam à:

...

III - melhoria da qualidade do ensino;

A referência à lei feita pelo artigo 214 acima transcrito foi concretizada com a edição, em 1996, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, Lei Federal nº 9394/96, a qual conferiu poder ao estado para incluir temas a exemplo do tratado nesta lei, buscando de um lado a formação integral para o aluno e, de outro, uma sociedade mais justa, consciente e fraterna.

Vejamos o que dizem os artigos 26, 27, 35 e 36 da referida Lei:

Art. 26. Os currículos do ensino fundamental e médio devem ter uma base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e da clientela.

§ 1º Os currículos a que se refere o caput devem abranger, obrigatoriamente, o estudo da língua portuguesa e da matemática, o conhecimento do mundo físico e natural e da realidade social e política, especialmente do Brasil.

Art. 27. Os conteúdos curriculares da educação básica observarão, ainda, as seguintes diretrizes:

I - a difusão de valores fundamentais ao interesse social, aos direitos e deveres dos cidadãos, de respeito ao bem comum e à ordem democrática;

...

Art. 35. O ensino médio, etapa final da educação básica, com duração mínima de 3 anos, terá como finalidades:

...

II - a preparação básica para o trabalho e a cidadania do educando, para continuar aprendendo, de modo a ser capaz de se adaptar com flexibilidade a novas condições de ocupação ou aperfeiçoamento posteriores;

III - o aprimoramento do educando como pessoa humana, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico;

...

Art. 36. O currículo do ensino médio observará o disposto na Seção I deste capítulo e as seguintes diretrizes:

I - destacará a educação tecnológica básica, a compreensão do significado da ciência, das letras e das artes; o processo histórico de transformação da sociedade e da cultura; a língua portuguesa como instrumento de comunicação, acesso ao conhecimento e exercício da cidadania;

...

Além do exposto, no tocante à legalidade, deve se observar o disposto na Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, Lei de Responsabilidade Fiscal, a qual veda o aumento de despesa sem o devido impacto orçamentário.

Todavia, para a execução do presente projeto de lei, não há necessidade de criação de nova disciplina ou contratação de profissionais não pertencentes ao quadro, tendo em vista que os conteúdos sobre cidadania, direitos e deveres podem ser inseridos na grade curricular atual, disseminados entre as disciplinas já existentes.

Vale ressaltar que o estado do Paraná é uma ilha de subdesenvolvimento, conforme o estudo do PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento sobre o IDH (que leva em conta a alfabetização e educação), se o compararmos com os estados vizinhos.

Fica também a sugestão de que o teor destes conteúdos seja englobado em uma cartilha, a qual deverá ficar a cargo de profissionais com elevado conhecimento jurídico, facilmente encontrados entre os Procuradores e advogados do estado, além dos técnicos da Secretaria da Fazenda.

PROJETO DE LEI Nº 491/07

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Ficam os fornecedores de serviços de qualquer natureza, no âmbito do estado do Paraná, obrigados a disponibilizarem nas faturas ou boletos mensais de

cobrança, o endereço completo de suas instalações comerciais.

Art. 2º Para os efeitos desta lei considera-se endereço completo:

I - nome da rua, ou avenida;

II - número do imóvel;

III - andar e sala ou conjunto se for o caso;

IV - bairro e cidade;

V - código de endereçamento postal.

§ 1º Não será considerado endereço completo o número da caixa postal.

§ 2º O e-mail ou o site são considerados endereços suplementares, não substituindo os descritos nos incisos I a V deste artigo.

Art. 3º O fornecedor que encaminhar fatura ou boleto, em desacordo com o determinado nesta lei, incorrerá em multa diária correspondente ao valor da cobrança inserto na fatura ou boleto endereçado ao consumidor.

Parágrafo Único. Considera-se o termo inicial da multa diária incidente, a data do vencimento constante da fatura ou boleto.

Art. 4º O fornecedor ficará responsável pela multa referida no artigo anterior, até que insira na fatura ou boleto o determinado no artigo 2º.

Art. 5º Cabe ao consumidor destinatário da fatura encaminhada em desacordo com os ditames desta lei, para lhe dar cumprimento, informar os seguintes órgãos:

I - PROCON;

II - Ministério Público do Estado do Paraná;

III - Secretaria Especial de Ouvidoria e Corregedoria Geral do Estado do Paraná.

Art. 6º Por tratar-se de questão de ordem pública que envolve interesses difusos e coletivos, o valor pago pelo fornecedor a título da multa prevista no artigo anterior, será revertido para o reequipamento dos órgãos de proteção e defesa ao consumidor.

Art. 7º Esta lei entra em vigor 30 dias após a data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 09.07.07.

(a) ARTAGÃO JÚNIOR

JUSTIFICATIVA:

Muitos fornecedores sequer colocam seu endereço nos contratos que firmam, impossibilitando qualquer aproximação com o consumidor, o que só ocorre através dos famigerados atendimentos via telefone, utilizando-se de empresas de telemarketing, com funcionários sem qualquer conhecimento técnico para elucidar a dúvida mais elementar.

Em geral, para ter-se o primeiro acesso a um serviço, o número de telefone disponibilizado é um 0800, aquele não tem qualquer custo. No entanto, após firmada

a avença entre as partes, o número passa para 0300 (pago), ou então, para os prefixos 4004, correspondentes a atendimentos terceirizados, normalmente estabelecidos em municípios onde os custos de impostos de empresas são mais baixos que nos demais municípios e sem qualquer relação direta com o consumidor.

Como se vê, os fornecedores fazem de tudo para auferir altos lucros de suas relações consumeristas. Portanto, nada mais justo que prestem um serviço justo e condizente ao consumidor. E o pior é que as respostas fornecidas pelos atendentes são todas decoradas sem nada esclarecer, além de desafiar a paciência do consumidor que muitas vezes é passado a 3 ou 4 atendentes, sem que qualquer solução seja dada.

Muitas pessoas procuram os serviços de proteção ao crédito para reclamar da dificuldade em manter contatos com fornecedores, em caso de erros nos boletos ou faturas, mas, a situação se agrava mesmo quando não há solução amigável pelo atendimento telefônico e a alternativa remanescente é a via judicial, pois, em vários casos o fornecedor simplesmente não é encontrado para ser citado e responder por sua falta ou justificá-la.

Em razão dessas dificuldades apresento esta proposta, para que os consumidores possam, em havendo algum problema, entrar em contato com o fornecedor no seu endereço, sem dificuldades.

Para evitar abusos ou descumprimentos, estabeleçamos a multa diária, da forma como imposta no artigo 3º, que fará com que o fornecedor que não obedecer aos ditames desta lei sofra onde mais lhe dói, no bolso.

Por outro lado, caberá ao consumidor, para fazer valer de fato seus direitos, encaminhar informação sobre o descumprimento desta lei aos órgãos indicados no artigo 5º. Essa medida é imprescindível para que todos tenham consciência de seus deveres de cidadãos do estado de direito.

Esta proposta nenhum prejuízo acarretará ao fornecedor, pois, inserir seu endereço completo nos boletos ou faturas que emitir nada lhe custará, todavia, em sentido inverso, muitos benefícios serão acrescentados à relação de consumo, pois o consumidor saberá realmente onde encontrar seus fornecedores.

Estou certo de que com esta medida, muitos conflitos poderão ser dirimidos diretamente entre as partes envolvidas, sem que o consumidor precise recorrer ao Judiciário para resolver, às vezes, questões comezinhas, que abarrotam aquele Poder já tão assoberbado.

Doravante, aprovada a proposta entelada, a relação entre consumidor e seu fornecedor será muito mais transparente e, para que tal ocorra, conto com o beneplácito dos meus nobres Pares.

PROJETO DE LEI Nº 492/07
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a isentar os municípios com Índice de Desenvolvimento Humano -

IDH abaixo de 0,700, da contrapartida nos convênios de profundo interesse social e/ou caráter estimulante ao desenvolvimento humano firmados com o Governo do Estado do Paraná e demais órgãos da administração pública, indireta e fundacional.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 09.07.07.

(a) ARTAGÃO JÚNIOR

JUSTIFICATIVA:

A premissa de um administrador público, no exercício de suas funções, deve ser, obrigatória e peremptoriamente, voltada para abrigar os interesses dos menos favorecidos, dando-lhes abrigo e proteção para que despertem suas vocações e as desenvolvam, retornando à coletividade parte dos frutos conquistados com seus próprios esforços, a fim de tornar a sociedade mais justa e fraterna.

Este, sem dúvida, deve ser o princípio norteador das administrações públicas, especialmente em, países pobres ou em desenvolvimento, como o Brasil e demais nações da América Latina.

Tal visão deve também ser estendida às pessoas jurídicas de direito público menos proporcionadas, cujos variados orçamentos nem sempre permitem os investimentos necessários para estimular o desenvolvimento humano nas regiões mais carentes.

Neste sentido, o que dizer de nossos municípios, cujos Índices de Desenvolvimento Humano são baixíssimos e seus orçamentos contam com poucos recursos para investimentos?

Devem eles ser, sem sombra de dúvida, abraçados e auxiliados pelo Governo do Paraná, dentro dos princípios da razoabilidade, proporcionalidade e não-lesividade, que é o mecanismo dos convênios, já amplamente celebrados no âmbito do estado.

Ocorre que, freqüentemente, os municípios mais pobres não têm condições de sequer celebrar convênio, tendo em vista a obrigatoriedade de contrapartida que tais pactos exigem.

O presente projeto tem por propósito fazer do Governo do Estado um agente efetivo em prol do desenvolvimento dos municípios paranaenses, buscando estimular a elevação dos IDHs nos mesmos.

Cabe salientar, que o IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) engloba 3 aspectos: educação, renda e longevidade. O aludido índice varia de 0 (nenhum desenvolvimento humano) a 1 (desenvolvimento humano total). Países com IDH até 0,499 têm desenvolvimento humano considerado baixo; os países entre 0,500 e 0,799 são considerados de médio desenvolvimento humano; países com IDH maior que 0,800 têm desenvolvimento considerado alto.

No sentido de estimular o crescimento do IDH de nosso estado, porém, sem causar ônus desproporcional, balisamos o índice na direção do desenvolvimento considerado médio.

Cabe ressaltar ainda que o Paraná é uma ilha de subdesenvolvimento cercada de estados cujos IDHs são altos e equânimes na maioria de seus municípios.

Por fim, saliento que este benefício, segundo o estudo do PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, atingirá os 60 municípios mais pobres do estado.

Portanto, propomos o presente projeto e solicitamos apoio aos nobres Pares, a fim de estender a tutela do estado aos municípios mais pobres, para que estes, mediante os convênios à disposição junto ao Governo do Paraná, propiciem a seus habitantes melhores condições de vida.

PROJETO DE LEI Nº 493/07
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º O horário máximo e improrrogável, previamente marcado para o início de certames desportivos profissionais, no estado do Paraná, será às 20h35 (vinte horas e trinta e cinco minutos).

§ 1º A definição de horário para os fins desta lei apreciará os seguintes critérios de conveniência:

I - organização;

II - segurança pública;

III - transporte público;

IV - conforto, segurança pessoal e saúde de atletas, torcedores e pessoal envolvido direta ou indiretamente no evento;

V - cumprimento de preceitos trabalhistas;

VI - deferência a telespectadores e rádio-ouvintes.

§ 2º A organização de certames desportivos acessíveis a elevada concentração popular comunicará sua data, local e horário, previamente, às autoridades responsáveis por segurança pública, saúde e transportes.

§ 3º Excetuar-se-ão do limite de horário previsto no *caput* situações justificáveis em face de certames desportivos internacionais ou televisionados com transmissão ao vivo para rede de abrangência nacional, ou ainda, na ocorrência de força maior.

§ 4º Na hipótese de ocorrência dos casos previstos no parágrafo anterior, as entidades responsáveis pela organização dos certames se responsabilizam pelas providências cabíveis junto as autoridades competentes no sentido de viabilizar acesso ao transporte e segurança públicos à população envolvida nestes eventos.

Art. 2º A infração ao disposto nesta lei e respectiva regulamentação acarretará a imposição de penalidade de multa equivalente a 1000 (mil) vezes o valor da Unidade Padrão Fiscal do Estado do Paraná - UPF/PR, aplicada em dobro na hipótese de reincidência.

Art. 3º Ulterior regulamentação desta lei definirá o detalhamento técnico necessário a sua execução.

Art. 4º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 09.07.07.

(a) ARTAGÃO JÚNIOR

JUSTIFICATIVA:

É lamentável que o horário de realização de certames desportivos ainda atenda tão somente a parâmetros de conveniência exclusiva de redes de televisão, as quais normalmente ignoram o cenário esportivo do Paraná, exceção feita às emissoras locais, que, com muito esforço, prestigiam o esporte paranaense.

Aparentemente, deduz-se, que muito pouco importa aos referidos grupos empresariais quaisquer critérios de segurança pública, saúde, respeito a preceitos trabalhistas e transporte de atletas, torcedores e do pessoal que trabalha no próprio evento.

Os torcedores - consumidores que pagam ingresso - somados à grande massa de telespectadores e rádio-ouvintes - fiéis às transmissões e ao marketing de suas estações - que, via de regra, devem todos voltar ao trabalho na manhã seguinte, certamente, não são levados em consideração diante da ganância de quem explora os horários mais valiosos e de melhor conveniência técnica da mídia eletrônica.

Entretanto, entendemos de superior importância, dentro todos os aspectos apontados, o da segurança pública, a qual deve ser mantida antes e após os eventos consagrados ao esporte. Proteção a todos, que não será mantida, exceto com extrema dificuldade, no avançado das horas.

Tão isto é certo que diversas pesquisas de opinião, seja na rede mundial de computadores ou na imprensa escrita, apontam destacada preocupação do público com o horário dos jogos esportivos, especialmente torneios de futebol, nas grandes cidades.

Ademais, muitas das linhas de ônibus, disponíveis para os cidadãos que freqüentam estes espetáculos, encerram suas atividades por volta da 0h00 já do dia subsequente aos jogos, fato que atrapalha, e muito, o retorno daqueles às suas residências.

Além disso, o assunto tem sido debatido em todo o país, especialmente nos grandes centros, cuja aglomeração maior de pessoas tende a causar problemas mais graves.

A matéria, ao dispor de segurança pública e direitos do torcedor-consumidor, assim como da segurança e saúde dos atletas, não foge da esfera de competência do Poder Legislativo Estadual, tanto com relação à iniciativa quanto à apreciação do mérito da propositura.

Nesta conformidade, apresentamos este projeto de lei ao crivo parlamentar desta egrégia Casa Legislativa, convencidos do voto positivo de ampla maioria dos senhores membros.

Pequeno Expediente:

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Sr. Antonio Belinati.

Deputado Antonio Belinati (PP)

O SR. ANTONIO BELINATI

Sr. Presidente Nelson Justus, Sr. Deputado Tadeu Veneri, Sra. Deputada Luciana Rafagnin.

Sr. Presidente, o Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, vai nomear nos próximos dias um novo Ministro para o Tribunal Superior do Trabalho, e com grande alegria, comunicamos a esta Casa que os Juízes do Tribunal Regional do Trabalho do Paraná indicaram um paranaense, Dr. Fernando Ono, professor, ex-funcionário da Prefeitura de Londrina que serviu ao Prefeito José Richa e a mim também como Prefeito. O Dr. Fernando Ono deixou a prefeitura, fez concurso para Juiz do Trabalho, foi aprovado e nessa condição foi eleito Presidente do Tribunal Regional do Trabalho, já foi Corregedor do mesmo Tribunal Regional do Trabalho do Paraná e em várias oportunidades, esse ilustre paranaense nascido em Assaí, Dr. Fernando Ono atuou como Juiz Substituto em Brasília, a mais alta Corte do Tribunal Superior do Trabalho.

O Dr. Fernando Ono tem sido elogiado pelos seus colegas Juízes, pelos advogados, pela imprensa, pela sociedade, pela maneira correta, inteligente com que tem desempenhado todas as funções que lhe são atribuídas na área do Tribunal Regional do Trabalho e no próprio Tribunal Superior do Trabalho em Brasília. O nome do Dr. Fernando Ono é o único nome do sul do país, que faz parte de uma lista de 5 nomes. Dessa lista, o Presidente Lula vai tirar o nome do novo integrante efetivo do Tribunal Superior do Trabalho, com sede em Brasília.

Sr. Presidente, em se tratando de um homem competente, um homem digno, um homem honrado, um homem elogiado pela sua atuação, uma figura pública da mais alta credibilidade, é que estamos buscando o apoio de todos os Deputados e Deputadas com assento nesta Casa, neste Expediente que, se aprovado, será endereçado ao Presidente Lula, apoiando a nomeação em caráter efetivo para Ministro do Tribunal Superior do Trabalho, do professor, Juiz Dr. Fernando Ono, que volto a repetir, além de pessoa inteligente e honrada, é o único nome que representa o Paraná, Santa Catarina e o Rio Grande do Sul nessa lista que está em poder do Presidente Lula e, queira Deus que, numa homenagem a essas pessoas inteligentes e honradas, o Presidente Lula faça a nomeação do Dr. Fernando Ono, esse grande paranaense para novo Ministro do Tribunal Superior do Trabalho.

Horário das Lideranças:

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Não há mais oradores inscritos no Pequeno e Grande Expediente.

Passa-se ao Horário das Lideranças.

No horário dos Democratas, passo a palavra ao Deputado Plauto Miró.

Liderança dos Democratas: Deputado Plauto Miró

O SR. PLAUTO MIRÓ

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas.

Vimos, no decorrer do mês de junho, a Assembléia Legislativa do Paraná aprovar duas Comissões Especiais de Investigação. Uma delas apresentada pelo Deputado Fábio Camargo, que vai investigar o preço da tarifa do pedágio no estado do Paraná. De suma importância essa Comissão e que hoje, já na sua primeira reunião, deliberou para que pudessem seus dirigentes, a sua equipe, buscar documentos junto a vários órgãos do estado do Paraná e também a Procuradoria da República, a Assembléia Legislativa de Santa Catarina, enfim, várias entidades de Governos para poder as investigações serem aprofundadas.

Na quarta-feira vi também o Presidente Deputado Nelson Justus pedir para que fosse instalada a Comissão que vai investigar os gastos em publicidade no estado do Paraná, no ano de 2005 e também do ano de 2006. Comissão Especial essa aprovada pelo Plenário da Assembléia Legislativa e que foi apresentada pelo Deputado Marcelo Rangel. E aqui pergunto ao Presidente da Assembléia: a situação como está? A Comissão de Investigação - CEI, que vai investigar os gastos de publicidade do ano de 2005 e também de 2006, essa Comissão já foi instalada na Assembléia Legislativa do Estado do Paraná?

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Respondo a questão de ordem do Deputado Plauto Miró Guimarães. Nós fechamos a lista, faltava um partido que não tinha indicado os membros e indicou os membros na data de hoje. Resta agora pedirmos ao Departamento Legislativo que prepare a instalação para que o Vice-Presidente, Deputado Anibelli, instale a Comissão Especial de Investigação dos gastos e propaganda. As bancadas já indicaram seus representantes no dia de hoje. Há, sim, a necessidade de os integrantes da Comissão indicarem o Presidente e o Vice para que escolham respectivamente o Relator. A outra Comissão, pelo que fiquei sabendo, já tem até reunião marcada para amanhã.

Importante dizer que amanhã às 14h30, a convite da Mesa Executiva, estará aqui o Dr. Rogério Distéfano para responder as questões alusivas ao contrato da PAVIBRÁS/SANEPAR.

O SR. ELIO RUSCH (Democratas)

Sr. Presidente, no dia 18 de abril apresentamos um requerimento pedindo informações em relação à Parana-Previdência, e o Líder do Governo, Deputado Romanelli, pediu para discutir. Isto foi numa quarta ou quinta-feira. Na segunda-feira, automaticamente, o requerimento voltaria para sua discussão. E o Líder do Governo fez um apelo à nossa pessoa para que retirássemos esse requerimento para que essas informações pudessem ser obtidas através da Liderança do Governo.

Nós atendemos o pedido da Liderança do Governo. Isto foi no dia 23 de abril. Inclusive naquela Sessão, estou com as notas taquigráficas, Sr. Presidente, pedimos ao Presidente qual é o prazo que o Governo teria em relação a responder um pedido de informações oficial à Casa. E o Regimento Interno é claro: diz que são 30 dias. E o Líder do Governo, Deputado Romanelli, também pediu para nós que dentro desse prazo poderia passar informações via Liderança do Governo.

Nós retiramos este requerimento no dia 23 de abril e até o presente momento não obtivemos resposta, ainda, sobre o fundo previdenciário e financeiro, quais os respectivos holerites para o repasse do fundo previdenciário, mensalmente, e anualmente; se houve atraso no repasse de valores, descontados os servidores, para o fundo; em caso positivo, detalhar valores e datas do ocorrido. Entre outras perguntas.

Então, solicito ao Líder do Governo e a esta Casa, para que este acordo que fizemos dia 23 de abril, já passaram mais de 60 dias e ainda não recebemos a resposta.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, queria dizer o seguinte: esse requerimento já foi respondido pela Liderança do Governo, foi encaminhado diretamente pela Casa Civil ao nobre autor do requerimento, aonde constam as solicitações feitas do requerimento que foi lido pelo Deputado Elio Rusch. Me permita, Deputado, dizer que o documento já foi entregue, me parece que no dia 28 de maio do corrente.

O SR. ELIO RUSCH (Democratas) (**Pela Ordem**)

Acabo de receber, realmente retiro a questão, uma vez que já foi respondida e está de posse, na Liderança a Oposição e a própria Dr^a. Lídia, nossa assessora, me fez a entrega das informações solicitadas naquela ofício.

Muito obrigado.

Ordem do Dia:

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à Ordem do Dia, com a presença de número legal.

Leitura do Expediente

Sobre a mesa, Indicação nº 198/07, de autoria do Sr. Deputado Douglas Fabrício, constante do expediente, propondo ao Sr. Secretário de Estado da Educação a aprovação de um curso em nível de 2º grau profissionalizante de Técnico em Eletrotécnica, em Campo Mourão.

À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.

Indicação nº 199/07, de autoria do Sr. Deputado Douglas Fabrício, constante do expediente, propondo ao Sr. Presidente do Provopar/PR, uma atenção especial e atendimento às necessidades da Associação Familiar Campos Novos, do município de Nova Tebas. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 200/07, de autoria do Sr. Deputado Douglas Fabrício, constante do expediente, propondo ao Sr. Presidente da COHAPAR - Companhia de Habitação do Paraná, uma atenção especial e atendimento às necessidades da Associação da Vila Rural Santa Clara, do município de Nova Tebas. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 201/07, de autoria do Sr. Deputado Artagão Júnior, constante do expediente, propondo ao Sr. Governador do Estado a inserção, no currículo escolar do ensino médio da rede pública estadual de disciplina denominada Cidadania e Gestão Pública, englobando conteúdos de cidadania e atualidades. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 202/07, de autoria do Sr. Deputado Teruo Kato, constante do expediente, propondo ao Sr. Governador do Estado e ao Sr. Secretário da Educação, a criação da Biblioteca Cidadã, no município de Amaporã. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 203/07, de autoria dos Srs. Deputados Marcelo Rangel, Jocelito Canto, Plauto Miró e Péricles de Mello, constante do expediente, propondo ao Sr. Governador do Estado e ao Sr. Secretário da Segurança Pública, a instalação do sistema de verificação de óbitos em Ponta Grossa. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Projetos de Lei em número de 02 (dois), de autoria do Sr. Deputado Nereu Moura, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Caíto Quintana, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de Lei em número de 02 (dois), de autoria do Sr. Deputado Alexandre Curi, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Elio Rusch, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de Lei em número de 05 (cinco), de autoria do Sr. Deputado Artagão Júnior, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1949, de autoria do Sr. Deputado Osmar Bertoldi, constante do expediente, solicitando autorização desta Casa de Leis, para ausentar-se do país, com destino ao Chile, no período de 10 a 30 de julho do corrente ano, para tratar de assuntos particulares, sem ônus para o Poder Legislativo. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Discussão/Votação

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

Redação Final

ITEM 01

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 163/07, de autoria do Deputado Alexandre Curi, que declara de Utilidade Pública a Associação de Moradores do Conjunto Habitacional João de Barro, com sede e foro no município de Ivaiporã. **Aprovado. (Publ. no DA nº 016/07, de 26/03/07, em Projetos de Lei).**

ITEM 02

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 385/07, de autoria do Deputado Luiz Carlos Martins, que autoriza o Poder Executivo a isentar do ICMS os consumidores de energia elétrica que utilizam aparelhos de sobrevivência. **Aprovado. (Publ. no DA nº 053/07, de 23/05/07, em Projetos de Lei).**

ITEM 03

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 410/07, de autoria da Deputada Rosane Ferreira, que declara de Utilidade Pública a Sociedade Agrícola Cultural Guajuvira de Cima - SACGC, com sede e foro no município de Araucária. **Aprovado. (Publ. no DA nº 060/07, de 05/06/07, em Projetos de Lei).**

ITEM 04

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 437/07, de autoria da Deputada Rosane Ferreira, que declara de Utilidade Pública o Movimento Ecológico da Lapa - MEL, com sede e foro no município de Lapa. **Aprovado. (Publ. no DA nº 064/07, de 13/06/07, em Projetos de Lei).**

3ª Discussão

ITEM 05

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 312/07, de autoria do Deputado Felipe Lucas, que declara de utilidade pública a ACIAI - Associação Comercial, Industrial e Agrícola de Irati, com sede e foro no município de Irati. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA DA CCJ. APROVADA EM 2ª DISCUSSÃO.

Está em votação a emenda aprovada na CCJ. **Aprovada.**

Está em discussão o projeto. Em votação. **Aprovado.**

ITEM 06

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 427/07, de autoria do Deputado Fábio Camargo, que declara de utilidade pública a Federação das Entidades Comunitárias e Associações de Moradores do Paraná - FECAMPAR, com sede e foro em Curitiba. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA DA CCJ. APROVADA EM 2ª DISCUSSÃO.

Está em votação a emenda, ressalvado o projeto. **Aprovada.**

Está em discussão o projeto. Em votação. **Aprovado.**

1ª Discussão

ITEM 07

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 248/07, de autoria do Deputado Carlos Simões, que dispõe sobre a obrigatoriedade de manutenção permanente do Kit Vida em estabelecimentos e dá outras providências. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CSP. **Aprovado. (Publ. no DA nº 027/07, de 11/04/07, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 248/07

P A R E C E R :

Preâmbulo

O projeto de lei apresentado pelo Deputado Carlos Simões, tem como objetivo obrigar a manutenção permanente do Kit Vida em estabelecimentos que tenham uma concentração igual ou superior a 100 (cem) pessoas, com objetivo de prestar um rápido atendimento em casos de morte súbita.

Conclusão

Considerando que a presente proposição cumpre os requisitos constitucionais e legais para sua normal tramitação, o parecer é pela aprovação.

Sala das Comissões, em 15.05.07.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

FRANCISCO BÜHRER - Relator

COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA PROJETO DE LEI Nº 248/07

P A R E C E R :

Em análise à matéria apresentada pelo Deputado Carlos Simões, visando obrigar a manutenção permanente do Kit Vida em estabelecimentos que tenham uma concentração igual ou superior a 100 (cem) pessoas, com o relevante objetivo de prestar emergencial atendimento

às pessoas acometidas de mal súbito, temos a mencionar que em face do contido no artigo 1º, cujo transcrevemos:

Art. 1º ... prestar atendimento em casos de morte súbita.

Sugerimos que o projeto em questão retorne ao autor para que proceda alteração se assim desejar, alteração esta que objetiva a lei em epígrafe, corrigindo a técnica legislativa pois a redação como consta, nos faz entender que o atendimento somente será prestado *post mortem*, e assim *post factum* a presente lei será inútil:

Art. 1º ... prestar atendimento em casos de mal "súbito cardíaco."

Feita a alteração necessária, entendemos ser atribuição legal do legislador, atendidos os preceitos constitucionais e legais e, em face da relevância social da matéria, somos favoráveis ao trâmite regimental do presente projeto de lei.

S.m.j.

Sala das Comissões, em 24.05.07.

(aa) NEY LEPREVOSTO - Presidente
STEPHANES JÚNIOR - Relator

ITEM 08

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 278/07, de autoria do Deputado Ney Leprevost, que estabelece a obrigatoriedade da adoção de sistema de monitoramento por câmeras no setor de maternidade e atendimento neonatal, em todos os hospitais instalados no estado. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CS e CSP. **Aprovado. (Publ. no DA nº 031/07, de 18/04/07, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 278/07

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Ney Leprevost, estabelece a obrigatoriedade da adoção de sistema de monitoramento por câmeras no setor de maternidade e atendimento neonatal, em todos os hospitais instalados no estado.

O projeto de lei em questão não encontra nenhum óbice constitucional, tendo respaldo na Carta Magna, em seu artigo 196.

Quanto à técnica legislativa, foram observadas todas as disposições pertinentes à Lei Complementar nº 095/98.

Portanto, chamada esta relatoria a se manifestar, somos de parecer favorável, opinando-se pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 15.05.07.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
LUIZ CARLOS MARTINS - Relator

COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA PROJETO DE LEI Nº 278/07

P A R E C E R :

Em análise à matéria apresentada pelo nobre Deputado Ney Leprevost, estabelece a obrigatoriedade da

adoção de sistema de monitoramento por câmeras, no setor de maternidade e atendimento neonatal, em todos os hospitais do Paraná.

O projeto em questão analisado nos termos da Lei Complementar nº 095/98, está em desacordo com a técnica legislativa, pois a mesma não admite traço, hífen ou quaisquer outros caracteres após a enumeração dos artigos ordinais.

Outrossim, vislumbra-se que atendidos os preceitos constitucionais, legais e é matéria de competência não só da união e, também em face da relevância social e singular importância na preservação dos direitos da população, somos favoráveis ao trâmite regimental do presente projeto de lei.

S.m.j.

Sala das Comissões, em 27.06.07.

(aa) MARCELO RANGEL - Presidente
STEPHANES JÚNIOR - Relator

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA PROJETO DE LEI Nº 278/07

P A R E C E R :

De acordo com o artigo 33, parágrafo 9º, do Regimento Interno desta Casa de Leis, dá-se o parecer que segue.

O presente projeto de lei versa sobre a obrigatoriedade da adoção de sistema de monitoramento por câmeras no setor de maternidade e atendimento neonatal, em todos os hospitais instalados no estado do Paraná.

Esta proposição já recebeu parecer favorável na Comissão de Constituição e Justiça, por atender aos requisitos legais e constitucionais.

No que atine à segurança pública pode se perceber que este projeto atenderá a um objetivo muito importante para a população de nosso estado, qual seja, garantir segurança aos recém-nascidos, evitando seqüestros, roubos e até mesmo troca de bebês nas maternidades de nosso estado. Afora dúvidas, esse sistema a ser instalado propiciará um maior conforto para os pais da criança bem como para os próprios funcionários da maternidade, evitando qualquer tipo de infundada acusação ou suspeita, pois toda a movimentação estará sendo vigiada pelas câmeras de vigilância.

Progredindo no estudo, vê-se que a ordem pública, também objeto de estudo desta comissão, estará ganhando força. É função desta Casa de Leis, através de seus membros, procurar efetivar uma maior tranquilidade aos cidadãos do Paraná. Esta iniciativa parlamentar trará, ou procurará trazer uma melhor condição de segurança a todos os envolvidos em tão nobre fase da vida de qualquer pessoa, qual seja, o nascimento de uma pessoa.

Face ao exposto é que o parecer é pela aprovação do presente projeto.

Sala das Comissões, em 30.05.07.

(aa) MAURO MORAES - Presidente
RENI PEREIRA - Relator

ITEM 09

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 351/07, de autoria do Deputado Caíto Quintana, que determina a obrigatoriedade de execução do Hino do Paraná em jogos colegiais e demais jogos oficiais promovidos pela Secretaria da Educação e outros órgãos do Governo. **PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CECECT. Aprovado. (Publ. no DA nº 046/07, de 14/04/07, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 351/07

P A R E C E R :**Preâmbulo**

O projeto ora em análise, apresentado pelo Caíto Quintana, busca tornar obrigatória à execução do Hino Estadual nos jogos federados no estado do Paraná.

Fundamentação

Indubitável, primeiramente, partimos do pressuposto de que a presente lei visa legislar acerca do fomento ao ardor cívico e patriota da população do estado.

Art. 25. Os estados organizam-se e regem-se pelas Constituições e leis que adotarem, observados os princípios desta Constituição.

§ 1º São reservados aos estados as competências que não lhes sejam vedada por esta Constituição.

Vislumbra-se, no que concerne à competência, que o legislador possui prerrogativas, ou melhor, legitimidade para estar de tal matéria.

Ademais disto, vemos que incumbe aos entes federativos o incentivo a solidificação dos valores cívicos e patriotas dos cidadãos, sendo que neste passo, observa-se que intuito social ao presente projeto se torna de grande valia, uma vez que são em jogos esportivos que os valores patrióticos são mais aguçados e se fomentam em face ao envolvimento da sociedade.

Outrossim, de angular necessidade analisarmos o presente projeto sob seu cunho educacional, verifica-se que o presente projeto de lei não adentra ao campo de atuação da Secretaria de Estado da Educação, ou mesmo, da Paraná Esporte - autarquia vinculada a SEED - pois é esta responsável pelo desenvolvimento de programas, projetos e sustentação do Plano Estadual de Desenvolvimento do Esporte. Caso estivesse delimitando funções ou criando programas específicos, estaria o presente revestido de inconstitucionalidade, mas tendo em vista que assim não o faz, apenas possui o desígnio de fomentar a educação cívica e o sentimento patriota na população, estamos, portanto, a agir dentro de suas prerrogativas e deveres legais.

Neste passo, verifica-se que o presente projeto de lei tem caráter constitucional, uma vez que não adentra ao campo de competência de nenhum ente federativo, bem como não cria atribuição a órgão ligado diretamente a ações do Chefe do Poder Executivo.

Conclusão

Com relação à técnica legislativa, o presente projeto encontra-se em perfeita redação, não havendo óbice quanto à Lei Complementar nº 095/98.

Ademais disto, verificou-se que o projeto ora em apreço está revestido de constitucionalidade. Com base no exposto, em sede de análise prévia, nosso parecer é pela aprovação do projeto de lei que ora se analisa.

Sala das Comissões, em 19.07.07.

(aa) RENI PEREIRA - Presidente em exercício
FRANCISCO BÜHRER - Relator

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE,
CIÊNCIA E TECNOLOGIA
PROJETO DE LEI Nº 351/07

P A R E C E R :**Relatório**

O presente projeto de lei, propõe a execução do Hino do Paraná, em todos os jogos colegiais e demais jogos oficiais no estado do Paraná, promovidos por órgãos de Governo.

Parecer do Relator

O presente projeto tem por objetivo a disseminação do Hino Nacional e do Hino Estadual, com o propósito de aumentar o sentimento de brasilidade e paranista, oportunizando o exercício de cidadania ao apreciar estes símbolos. Pelo exposto, meu parecer é favorável ao Projeto de Lei nº 351/07.

Sala das Comissões, em 05.06.07.

(aa) PÉRICLES DE MELLO - Presidente
PASTOR EDSON PRACZYK - Relator

Aprovado.

O SR. CLEITON KIELSE (PMDB)

Sr. Presidente, pela ordem.

(Assentimento)

Se não me engano, já existe um projeto de lei igual a esse do Deputado Caíto Quintana em vigência. Em 1998 tentamos uma regulamentação dele, o que não ocorreu.

O SR. CAÍTO QUINTANA (PMDB)

Pela ordem, Sr. Presidente.

(Assentimento)

Sr. Presidente, está aprovado em 1ª discussão, mas eu pediria a V. Exa. que solicitasse realmente à Mesa, porque das coisas que mais zelo na vida parlamentar é se sobrepor a um projeto de alguém que já existe. Se não me falha a memória, apresentei esse projeto, mas tem um outro projeto que tramitou mais rapidamente e parece-me que nesta legislatura votamos alguma coisa a respeito disso. Então, se tiver o projeto, desde já fica autorizado V. Exa. a arquivar na 2ª votação esse projeto de minha autoria.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Perfeitamente! O projeto é altamente meritório, todos nós concordamos com isso. O Departamento Legislativo não informa dessa forma, mas já autorizamos que se faça uma pesquisa, uma verificação para que seja levantada essa questão.

ITEM 10

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 010/07, de autoria do Deputado Mamede, que cria a Frente Parlamentar Brasil-China no estado do Paraná. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CMAI. (Publ. no DA nº 041/07, de 07/05/07, em Projetos de Resolução).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 010/07

P A R E C E R :

Preâmbulo

O Projeto de Resolução nº 010/07, de autoria do Deputado Mamede, intenta instituir, no âmbito da Assembléia Legislativa do Paraná, a Frente Parlamentar Brasil-China.

Fundamentação

A Constituição Estadual do Paraná estabelece a capacidade de auto-administração do Poder Legislativo, dispondo que compete privativamente à Assembléia Legislativa do Paraná dispor acerca de seu funcionamento e organização, e elaborar seu próprio Regimento Interno, a saber:

Art. 54. Compete, privativamente, à Assembléia Legislativa do Paraná:

II - elaborar o Regimento Interno;

III - dispor sobre sua organização, funcionamento, política, criação, transformação ou extinção de cargos, empregos e funções de seus serviços, e a iniciativa de lei para a fixação da respectiva remuneração, observados os parâmetros estabelecidos na Lei de Diretrizes Orçamentárias. (grifo nosso)

Assim, dentro da competência que lhe foi outorgada constitucionalmente, a Assembléia Legislativa do Paraná elaborou seu Regimento Interno, estabelecendo, em seu artigo 121, as formas como se poderá exercer a função legislativa, a saber:

Art. 121. A Assembléia exerce a sua função Legislativa por via de projetos de lei, resoluções ou de decretos legislativos. (grifo nosso)

Nesse contexto, verifica-se que o presente projeto adotou corretamente a forma de resolução, porquanto trata de matéria de natureza regimental, ao instituir prêmio no âmbito da Assembléia Legislativa do Paraná, em consonância com o artigo 121, parágrafo 2º do Regimento Interno, qual seja:

Art. 121. ...

§ 2º Os projetos de resolução destinam-se a regular matérias de caráter político, administrativo e processual, sobre os quais deva a Assembléia pronunciar-se, exclusivamente em casos concretos, tais como:

II - matéria de natureza regimental.

Finalmente, no que concerne à técnica legislativa utilizada na elaboração do projeto, verifica-se que foram observadas todas as disposições pertinentes à Lei Complementar nº 095/98.

Conclusão

Uma vez que não acarreta ônus para a Assembléia, e diante de sua legalidade e conformidade com o Regimento Interno desta Casa de Leis, opinamos pela aprovação do presente projeto de resolução.

Sala das Comissões, em 15.05.07.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

CARLOS SIMÕES - Relator

COMISSÃO DO MERCOSUL E ASSUNTOS
INTERNACIONAIS
PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 010/07

P A R E C E R :

O presente projeto de resolução, de autoria do Sr. Deputado Mamede, tem por objetivo criar a Frente Parlamentar Brasil-China no estado do Paraná.

O presente projeto de resolução se justifica tendo em vista os laços de amizade e cooperação econômica entre brasileiros e chineses. Este restabelecimento de relações diplomáticas comemoram 30 anos, sendo o Brasil o maior parceiro comercial da China na América Latina.

Chamada esta Comissão do MERCOSUL e Assuntos Internacionais a se manifestar, e após obter parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Sendo assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 27.06.07.

(aa) RIBAS CARLI FILHO - Presidente

PLAUTO MIRÓ - Relator

Aprovado.

O SR. MARCELO RANGEL (PPS) (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, eu não entendi com relação a dúvida do Deputado Plauto Miró a respeito da implantação da Comissão Especial de Investigação. O senhor se pronunciou dizendo que o Vice-Presidente é que vai instalar a Comissão Especial de Investigação. Ainda nesta tarde, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Sim. Acabou de passar por aqui a autorização com o Diretor Legislativo, e a informação que eu tenho é que deve ser instalada em alguns minutos.

O SR. MARCELO RANGEL (PPS) (**Pela Ordem**)

Eu agradeço muito, Sr. Presidente. Muito obrigado.

O SR. RENI PEREIRA (PSB) (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, só para fazer comunicado à Casa e agradecer o empenho do Deputado Artagão, que na semana passada foi a Brasília representando este estado na UNALE, e efetivou lá a indicação da minha pessoa como Presidente da Comissão da Reforma Tributária, que será composta por 1 representante de cada estado, para

acompanhar a nova reforma tributária. Então, era um compromisso que existia por parte da nova diretoria da UNALE, a Deputada Cida que já faz parte, o Deputado Strapasson e também o Deputado Francisco Bühler, e agora eu passo a presidir, e com certeza levarei todas as questões envolvendo o Poder Legislativo desta Casa e este estado para que possamos, efetivamente, contribuir com a reforma tributária, com a nova, porque a antiga já é falecida.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Parabéns. Receba os cumprimentos da Mesa Executiva. Sem dúvida nenhuma a Casa estará bem representada.

Requerimentos

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Sobre a mesa, Requerimento nº 1950, de autoria do Sr. Deputado Marcelo Rangel, constante do expediente. **Aprovado.**

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (Para Encaminhar)

Queria solicitar ao Deputado Jocelito Canto, que esteve junto com o Vice-Governador Orlando Pessutti, em Ponta Grossa, e que pode encaminhar votação desse requerimento. Eu pediria que o Deputado Jocelito pudesse encaminhar esse tema aqui.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB) (Para Encaminhar)

Sr. Presidente, essa questão do curso de Medicina tem sido uma luta muito grande de todos os Parlamentares desta Casa, e que no início dos trabalhos da legislatura passada nós iniciamos um grande debate no Paraná sobre o curso de Medicina em Ponta Grossa. E para a alegria de todos nós, durante o processo eleitoral, houve uma pressão muito grande para que o Governador Roberto Requião anunciasse a retomada do curso de Medicina da Universidade Estadual de Ponta Grossa. O Governador, por diversas vezes, foi provocado pela sociedade, foi provocado por nós, foi provocado pelos seus companheiros, no sentido de que anunciasse o curso de Medicina em Ponta Grossa, que era o grande desgaste, principalmente no seu Governo. Solicitamos ao Governador que anunciasse a volta do curso de Medicina, que era a grande expectativa do povo de Ponta Grossa, e o Governador Roberto Requião disse durante toda a campanha que jamais faria isso durante o período eleitoral, que não usaria o momento eleitoral, e que no momento oportuno iria trabalhar no sentido de criar condições para a volta do curso de Medicina em Ponta Grossa. Eu briguei muitas vezes com o Governador, discuti muito, debati a questão do curso de Medicina, dizendo a ele que era uma necessidade do povo de Ponta Grossa e do povo dos campos gerais e que vai dar um impulso na Universi-

dade Estadual de Ponta Grossa, mas o Governador, durante a campanha, não quis abrir mão, não quis falar sobre o curso de Medicina. Em determinados momentos, chegamos a brigar porque ele não queria falar do curso e o tempo passou.

Quando o Governador autorizou a construção do Hospital Regional em Ponta Grossa, que veio a ser um grande sonho de todos nós, essa obra já chega perto de 12% construída. Estivemos, na quarta-feira, vistoriando as obras. O Governador deixou claro que no momento em que a cidade tivesse as condições, receberia o curso de Medicina e que haveria uma hora própria para isso. O tempo foi passando, as oportunidades foram acontecendo, e para alegria nossa na última quarta-feira, motivo pelo qual não estive em Irati, Sr. Presidente, o Vice-Governador Orlando Pessuti foi a Ponta Grossa, reuniu o Conselho da Comunidade, reuniu o Conselho Universitário e anunciou, através de um pedido do Reitor, professor João Carlos Gomes, a abertura de uma comissão que vai iniciar a preparação das questões técnicas e financeiras para a volta do curso de Medicina em Ponta Grossa.

Para nós foi um motivo de muita alegria e satisfação, porque um dos motivos que nos levou, em muitos momentos, a discordar do Governador, era o porquê de não voltar o curso de Medicina, já que se havia aberto uma faculdade na região de Bandeirantes e lá se gastou dinheiro também. Agora, o Governador autorizou o Vice-Governador a nomear uma comissão, que foi instituída por professores da Universidade Estadual de Ponta Grossa, que terão a incumbência, Sr. Presidente, de um prazo rápido, levar todos os dados, levantar as questões financeiras para que o Governador possa autorizar a retomada do curso de Medicina. Eu já sabia disso porque o Governador tinha dito, várias vezes, que no momento oportuno, voltaria o curso de Medicina a Ponta Grossa.

Sr. Presidente, Deputado Romanelli, Deputado Marcelo Rangel, Deputado Péricles, Deputado Plauto, que também é autor do curso de Medicina de Ponta Grossa, não vamos discutir as outras questões, vamos discutir que foi um dos autores, acho que é um momento de comemoração e acredito que devemos ter, já no ano que vem, a volta do vestibular.

Deputado Marcelo Rangel, achei prudente o que o Vice-Governador fez: não anunciou data; determinou uma comissão; essa comissão vai levantar todos os dados, o quê falta para começar o curso de Medicina em Ponta Grossa, quanto vai precisar. Ele nomeou uma comissão, formada por professores, e essa comissão vai ter o trabalho de informar ao Governo e à Secretaria de Ensino Superior qual o custo que vai ter a implantação desse curso de Medicina. Como nós brigamos, na época, para instalar o Hospital Regional em Ponta Grossa, no *campus* da universidade, era o caminho para a volta do curso de Medicina. Então, Deputado Plauto, neste momento, é hora de comemoração! Vamos esquecer o que passou. Acho que temos que começar uma vida nova.

Um dos últimos pecados do Governador Requião no que se refere à Ponta Grossa, acho que está saldando. Acho importante quando o Governador admite a volta do curso de Medicina e acho que é um momento importante para todos nós de Ponta Grossa, para V. Exa., Deputado Plauto, que foi o autor lá atrás; para o Deputado Marcelo Rangel; para o Deputado Péricles, que sofreu, que foi Prefeito no período em que o curso de Medicina foi fechado; e para todos nós.

Por isso, neste momento, só temos que agradecer e louvar a atitude do Governo. O Governo não deu prazo como das UTIs, na vez passada, que foi lá o Secretário e disse: “Tantos dias para abrir”. O Governo nomeou uma comissão que vai preparar os custos, os dados, os levantamentos, para que aí, sim, o Governador, tendo tudo isso em mãos, possa dizer: “Olha, a partir deste ano, pode voltar o curso de Medicina.”

Temos um hospital funcionando; temos um hospital em andamento. Já estão concluídas 12% das obras do hospital. Eu já andei no piso superior do Hospital Regional de Ponta Grossa e senti-me orgulhoso, porque aquela obra que deve terminar no final do ano é a grande obra da saúde. É a obra que vai terminar com os problemas de falta de UTIs, aquele sofrimento, aquelas brigas, aquela dor. Não tenho dúvidas que esta é uma das maiores obras da história da nossa cidade, no que se refere à saúde. Eu andei pelo hospital, no piso superior, 2º andar e estou muito contente com a obra do Hospital Regional. E acho, Sr. Presidente, que esta atitude do Sr. Governador, deslocando o Vice-Governador que foi lá junto com a Secretária Lygia Pupatto, assinaram a nomeação de uma comissão de professores que vão levantar os custos, para não ter aquele problema de falta de recursos. Achei prudente, o caminho é este. Não foi dito que o curso vai abrir semana que vem. Foi dito apenas que está se iniciando os estudos para a retomada do curso, após estarmos na segunda laje do nosso Hospital Regional.

Por isso, louvo esta atitude, queria cumprimentar o Governador, a nossa Secretária Lygia, o nosso Reitor da Universidade, que mostrou ao Governador que já estamos em condições de ter o curso de volta.

Queria pedir a todos os companheiros, o Plauto que também sofreu, vamos deixar isso de lado. Vamos lembrar agora do hospital que está subindo; vamos lembrar que o curso vai acontecer; vamos lembrar que o Governador está no 1º ano do mandato, que tudo pode acontecer e vamos nos lembrar que no orçamento deste ano, colocamos uma emenda de 15 milhões para a compra de equipamentos para o nosso hospital. Vamos nos lembrar também que este hospital, que será hospital-escola, será maior que o de Cascavel, maior que o de Maringá e com todo respeito aos nossos companheiros de Londrina, será mais moderno que o de Londrina.

Por isso, Sr. Presidente, acho que este é um dia importante para a nossa história. Não é querer dizer que

vai começar amanhã, mas está começando no caminho certo: um estudo feito pelos técnicos da universidade. Este é o caminho certo e por isso, acho que este é o caminho do grande sucesso do nosso hospital e do nosso curso de Medicina.

Pediria ao Deputado Marcelo Rangel: Deputado, acho que é a hora de darmos a confiança a este Governo, neste momento, sobre este caso. O Governo está voltando, está colocando ordem, acho que se ele está fazendo, é um momento importante para todos nós. Tem hora de reclamar, tem hora de agradecer, e neste momento agradeço por se iniciar o estudo como se está fazendo, dado por dado.

Só para dizer, Sr. Presidente, que Ponta Grossa, quarta-feira, começou a viver de novo a emoção de ter o curso de Medicina. E todos aqui, fizeram parte, todos sofreram, mas o resultado está vindo e é uma conquista de todos nós.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PLAUTO MIRÓ (Democratas)

Para encaminhar, Sr. Presidente.

(Assentimento)

Queria deixar registrado que o requerimento do Deputado Rangel vai buscar informações importantes.

Só lembrar, porque o tempo passa e as pessoas acabam não guardando os acontecimentos e registrando em sua memória. No ano de 2001, quando o ex-Governador do Estado do Paraná autorizou a implantação do curso de Medicina na Universidade Estadual de Ponta Grossa, depois de 30 anos desse curso estar criado, foi o então Governador Paulo Pimentel e o Governador anterior que deu a autorização. E quando deu a autorização, foi constituído na Universidade Estadual de Ponta Grossa, um grupo de professores para estudar, elaborar um projeto da implantação do curso de Medicina. Tudo isso aconteceu, a comissão reuniu-se, deu o parecer favorável, se passou os recursos necessários, foi construído um novo bloco de Medicina no *campus* da Universidade Estadual de Ponta Grossa, foi aberto o concurso público para a contratação dos professores que iam lecionar Medicina na UEPG, laboratórios foram adquiridos, e o vestibular aconteceu em julho de 2002 aonde havia mais de 160 candidatos por vaga. Sr. Presidente, eu vou repetir: 160 candidatos por vaga, para participação daquele vestibular.

As aulas começaram no final de fevereiro e no mês de maio de 2003, o Governador do Estado do Paraná entendeu por bem cancelar o curso, porque várias entidades médicas, não a local - a local de Ponta Grossa foi favorável - mas a Associação Estadual e a Nacional foram contra. Um dos motivos do fechamento, foi porque tinha cursos de Medicina no estado do Paraná, em Londrina, Maringá, Cascavel, em Curitiba tem Católica, Federal, Evangélica, eram muitos cursos e o Governador tinha que terminar, acabar, fechar aquele curso, porque as

entidades médicas eram contrárias ao novo curso no estado do Paraná.

Fiquei feliz de ver agora o Vice-Governador do Estado do Paraná lá na universidade, sem avisar ninguém, chegar a anunciar a constituição de uma nova comissão, como feito em 2001, para que ela possa dar exatamente o parecer se deve ser implantado e as necessidades que o curso terá. Esperamos que o mais rápido possível possamos ver o vestibular novamente e alunos passando para poder cursar Medicina. Na minha ótica e avaliação, a cidade ganha aquilo que perdeu, porque infelizmente o atual Governo tirou da nossa universidade, sem conversar com ninguém e agora está devolvendo. Beleza! Era o que todos nós esperávamos: ver a continuidade desse curso na Universidade Estadual de Ponta Grossa.

Queremos ver o mais rápido possível o vestibular acontecer, porque acho que foi a sinalização do Governo do Estado, que está devolvendo o curso de Medicina da nossa universidade, se redimindo de um erro do passado.

Agora, Sr. Presidente, Srs. Deputados, as entidades médicas não têm mais importância. O que interessa é o curso e ainda bem que o Governador do Estado e o Vice-Governador se redimiram, se conscientizaram de que eles erraram e o que vale é a continuidade desse curso que parou por 3 anos.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

A Mesa consulta o Deputado Rangel, se retira o requerimento.

O SR. MARCELO RANGEL (PPS)

Não, Sr. Presidente, escutei atentamente o pronunciamento do Deputado Jocelito. Parabéns, pelo contundente pronunciamento. Ele também encaminhou favorável à votação. Acho que todo mundo está consciente do teor do meu documento.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Parabéns a todos os ponta-grossenses.

Para encaminhar, concedo a palavra ao Deputado Romanelli.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (**Para Encaminhar**)

Para concluir, penso que o requerimento, embora desnecessário, o autor quer manter o requerimento. É claro que seria contraditório que eu encaminhasse contrário, já que o autor faz questão de manter o requerimento. Embora eu tenha ouvido, aqui, os pronunciamentos do Deputado Jocelito, que participou de todo esse processo de negociação ao lado do Deputado Péricles, também ouvi as palavras do Deputado Plauto de forma coerente, penso que o autor queira manter o requerimento, vamos encaminhar favoravelmente, porque é necessário que se esclareça à comunidade ponta-grossense das boas coisas

que o Governador Requião tem feito por aquela comunidade, mais do que uma comunidade de uma macrorregião tão importante para o nosso estado.

Por isso, encaminhamos favoravelmente à aprovação do requerimento.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Em discussão.

Em votação.

Os Srs. Deputados que aprovam o requerimento, permaneçam como estão.

Aprovado.

A SRA. ROSANE FERREIRA (PV)

Pela ordem, Sr. Presidente?

(**Assentimento**)

Para registrar a criação de frente parlamentar de acompanhamento das negociações, sobre o aproveitamento de potenciais energéticos do estado do Paraná. Estaremos, agora, no final desta Sessão, reunidos na sala da presidência do plenário, para eu e mais os seguintes Deputados que compõem a referida frente parlamentar: Luiz Eduardo Cheida, Tadeu Veneri, Duílio Genari, Mil-tinho Pupio, Plauto Miró, Augustinho Zucchi, Douglas Fabrício, Fábio Camargo e Reni Pereira, para podermos instalar a frente e eleger o Presidente, o Vice-Presidente, e o Relator.

Muito obrigada!

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Devidamente registrado.

Requerimentos nºs 1951 a 1955, de autoria do Sr. Deputado Marcelo Rangel, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

O SR. MARCELO RANGEL (PPS) (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, são 5 votos de pesar. Essas 5 pessoas faleceram em Ponta Grossa, na fila das UTIs. São 5 votos de pesar que estamos enviando à Mesa Executiva da Assembléia Legislativa, só para registrar.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB) (**Para Encaminhar**)

Sr. Presidente, acho que o Deputado Marcelo Rangel tem razão quando critica, como eu, a falta de UTIs em Ponta Grossa. Eu, recentemente, fui vítima e tive que me virar para salvar a vida de uma criança. Agora, acho muito grave, Sr. Presidente, nós aprovarmos neste plenário um voto de pesar baseado no que disse o Deputado Marcelo Rangel, que nós estamos votando porque alguém morreu por falta de UTI, acho muito grave isso. E acho que é preciso, Deputado Romanelli, que alguém do Governo tome uma providência no sentido de esclarecer, Sr. Presidente, porque voto de pesar, esta Casa, pelo menos nos 3 mandatos que eu estou tendo aqui, é o 3º mandato, faz o voto de pesar para mandar as condolências e os sentimentos

àquela família porque alguém acabou morrendo. Agora, fico muito preocupado quando vamos aprovar um requerimento, Sr. Presidente, dizendo que estamos aprovando o requerimento porque 5 pessoas morreram por falta de UTI. E o Deputado Marcelo Rangel há de convir comigo da seguinte forma: primeiro, Sr. Presidente, morrer em UTI, como já foi dito aqui pelo Dr. Cheida, como foi dito aqui pelo Dr. Batista e por médicos especialistas, pessoas morrem por falta de UTI, está provado. UTI salva. Mas nem todas as pessoas morrem por não terem uma UTI. Muitas pessoas têm uma UTI e às vezes acabam não ficando vivas, a UTI é uma sobrevida que a pessoa tem.

Então, queria chamar a atenção de V. Exa., como Presidente desta Casa, para a questão: quando o Deputado Marcelo Rangel fala em voto de pesar, eu não vou votar contra. Agora, fico preocupado quando ele afirma, e eu não sei onde ele busca esses dados - eu quando afirmei que uma pessoa havia morrido por falta de UTI, fui buscar os documentos e provei a esta Casa, e provei ao Secretário, que uma pessoa havia morrido por falta de UTI. Agora, o que o Deputado Marcelo Rangel está trazendo, aqui, todo dia, são 5 casos, 4 casos, Sr. Presidente. Ou temos que trocar o Secretário, ou temos que ver o que está acontecendo, porque eu não acho, neste momento, preocupante esta questão de aprovarmos votos de pesar porque alguém morreu em UTI. Como podemos afirmar? Temos provas concretas disso? O Parlamento deve votar isso, deve se responsabilizar por isso? Sr. Presidente, estou preocupado com a situação, porque daqui a pouco vão dizer que nós aprovamos a morte das pessoas porque nós votamos os votos de pesar.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Deputado Jocelito, apenas para esclarecer a V. Exa. e ao Plenário. Concordo com a colocação de V. Exa., realmente, mas o Deputado Marcelo Rangel foi extremamente cuidadoso, não toca em nenhum dos requerimentos na palavra UTI, apenas o fez aqui verbalmente, mas nos requerimentos, ele simplesmente requer envio de votos de profundo pesar, mais nada.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Mas, Sr. Presidente, ele disse no microfone que é pela morte de pessoas em UTI.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Estamos votando o requerimento do Deputado Marcelo Rangel e eu realmente concordo com a colocação, Deputado Jocelito, de V. Exa., se realmente no requerimento fizesse alguma menção de que essas 5 pessoas faleceram em virtude de não ter vaga na UTI. Nos requerimentos não se fala nisso.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Há um encaminhamento do Deputado dizendo isso.

O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI (PDT) (Pela Ordem)

Deputado Nelson Justus, V. Exa. que é muito cuidadoso com a condução da Casa, eu acho que uma das poucas coisas que é intocável no nosso regimento, é com relação à questão de votos de pesar, até para preservar a memória das pessoas enlutadas, a família. O regimento nem sequer permite discussão, não permite. É apenas e tão somente aprovação.

Então, quero fazer um apelo, Deputado Jocelito - não interessa qual é a causa que a pessoa veio a falecer - o voto de pesar, apenas e tão somente, é votado sem discussão, Deputado Romanelli, apenas em conforto à família e não se pode aqui ficar discutindo qual a razão, por quê disso, por quê daquilo.

Então, tenhamos só que votar, obviamente, em respeito à memória daqueles que faleceram.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB) (Pela Ordem)

O Deputado Zucchi quis dar um pito em mim, mas eu não mereço este pito, Deputado Zucchi. O senhor tem que dar o pito no Deputado Marcelo Rangel. Foi ele que falou nas UTIs. Eu nunca votei um requerimento contra votos de pesar. V. Exa. tinha que dar o pito no Deputado Marcelo Rangel, que está dizendo que os 5 são exatamente por causa de UTI. E vou dizer a V. Exa.: eu não aceito este pito. Eu sempre me comportei aqui nos votos de pesar com respeito. Agora, não posso votar um voto de pesar, porque 5 pessoas, o Deputado está dizendo, outro dia aqui vi e mostrei que uma pessoa morreu por falta de UTI. Agora, como que eu vou votar um voto de pesar porque faltaram 5 leitos para as pessoas? Eu não posso votar, Sr. Presidente! Estou sendo justo aqui! Eu não quero ser contra o Deputado Marcelo Rangel, mas que não posso me colocar, sinceramente estou constrangido com este voto! E se essas pessoas, vamos pegar o nome dessas 5 pessoas, vamos ver se é por falta de UTI. Queria perguntar ao Deputado Marcelo Rangel - onde V. Exa. buscou esses dados que diz que morreram por falta de leito de UTI? Quem deu essa versão para V. Exa.?

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Vamos encerrar a discussão, em respeito até as famílias enlutadas, vamos encerrar a discussão.

(Discussões paralelas)

Está encerrada a discussão. Estão em votação os 5 requerimentos.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (Pela Ordem)

Sr. Presidente, quero dizer o seguinte: eu sei que V. Exa. quer encerrar a discussão do tema, acho que o tema é muito ruim, porque as pessoas que estão aqui, estamos votando voto de pesar que nem sabemos se as pessoas existem! Vou dizer mais até, Exa., que o fato é mais grave ainda, porque, sinceramente, politizar a

apresentação de voto de pesar nesta Casa aqui eu nunca tinha visto ainda ...

(Discussões paralelas)

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Quero dizer a V. Exa. que em 20 anos que estou nesta Casa é a primeira vez que se discute voto de pesar.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Quero dizer o seguinte: quero sugerir a V. Exa. até colocar em votação o desrespeito às pessoas, que se existirem, não é nem possível colocar em votação, me parece, e até porque eu não vou pedir para rejeitar voto de pesar, mesmo que eu não saiba se as pessoas existiu, existe ou se morreu, qual a causa que ela morreu.

Mas eu quero dizer, Sr. Presidente, que é uma falta de respeito se tentar fazer um encaminhamento de uma discussão deste tema com voto de pesar.

Acho que V. Exa. deveria, inclusive, avocar esses requerimentos, constatar se as pessoas existem, ver as causas determinadas da morte das pessoas e daí, se for o caso, utilizar o que está previsto no regimento em relação a conduta do Deputado proponente desses votos de pesar.

Era isto, Sr. Presidente.

O SR. MARCELO RANGEL (PPS) **(Pela Ordem)**

Se todos tiveram a oportunidade de se expressar, eu gostaria de me expressar neste momento, mesmo porque eu não fiz encaminhamento ao voto de pesar. Eu fiz uma questão de ordem para dizer que as 5 pessoas que estão recebendo voto de pesar nesta tarde, infelizmente não receberam tratamento adequado em UTIs na região dos campos gerais, não tiveram atendimento em UTIs.

Agora, falar que as pessoas não existem, tentar me desqualificar, novamente, dizendo que eu estava encaminhando, olha, por favor, gente!

Senhoras e senhores, estamos passando um momento difícil aqui na Assembleia Legislativa. Vou pedir para o senhor, como Presidente, V. Exa. precisa ser muito rígido, mas eu volto a reiterar: essas 5 pessoas faleceram por falta de UTI em Ponta Grossa.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

V. Exa. deixa de colocar em votação o requerimento e encaminha o voto de pesar, diretamente.

Requerimentos nºs 1956 e 1957, de autoria da Sra. Deputada Cida Borghetti, constante do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1958, de autoria do Sr. Deputado Antonio Belinati, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1959, de autoria do Sr. Deputado Plauto Miró, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1960 e 1961, de autoria do Sr. Deputado Nereu Moura, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1965 e 1966, de autoria do Sr. Deputado Duílio Genari, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1969, de autoria do Sr. Deputado Elio Rusch, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1972, de autoria do Sr. Deputado Douglas Fabrício, constante do expediente. **Retirado pelo autor.**

Requerimento nº 1975, de autoria do Sr. Deputado Luiz Claudio Romanelli, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1976 e 1977, de autoria do Sr. Deputado Luiz Nishimori, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1978, de autoria do Sr. Deputado Caíto Quintana, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Encerramento da Sessão:

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para terça-feira, dia 10, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

VOTAÇÃO EM:

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 097/07.

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nºs 381, 391 e 396/07.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Leis nºs 248, 278 e 351/07 e do Projeto de Resolução nº 010/07.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 263, 434, 443/07 e 548/06.

Lembramos aos Srs. Deputados que na Sessão de amanhã, durante o Pequeno e Grande Expedientes, ouviremos o Dr. Rogério Distefano.

Levanta-se a Sessão.

Publicações:**Comissão Executiva****Atos****ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 1504/07**

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 5676, datado de 06 de junho de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

conceder, a CLEIDE SOUZA DE OLIVEIRA, matrícula nº 40679, funcionária desta Assembléia Legislativa, ocupante do cargo de Técnico Administrativo, nível NTB-2, 03 (três) meses de licença especial por não haver se afastado do exercício de suas funções, durante o quinquênio compreendido entre 22 de dezembro de 1997 e 22 de dezembro de 2002, nos termos do parágrafo único do artigo 247, da Lei nº 6174/70. O funcionário deverá aguardar a publicação deste ato e juntando a autorização de seu superior, requerer por escrito, junto ao Departamento de Pessoal, a marcação da data escolhida, seguindo os critérios estabelecidos no artigo 250, da citada Lei nº 6174/70.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 25.06.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 1505/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 5605, datado de 06 de junho de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

conceder, à JOYNE MERY SCHUHLLI, matrícula nº 40471, funcionária desta Assembléia Legislativa, ocupante do cargo de Dentista, lotada na Coordenadoria de Serviço Odontológico, 06 (seis) meses de licença especial por não haver se afastado do exercício de suas funções, durante o quinquênio compreendido entre 22 de dezembro de 1997 e 22 de dezembro de 2002, nos termos do parágrafo único do artigo 247, da Lei nº 6174/70. A funcionária deverá aguardar a publicação deste ato e juntando a autorização de seu superior, requerer por escrito, junto ao Departamento de Pessoal, a marcação da data escolhida, seguindo os critérios estabelecidos no artigo 250, da citada Lei nº 6174/70.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 25.06.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 1506/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 4363, datado de 09 de maio de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

conceder, a NILTON BUSATTO, matrícula nº 317, ocupante do cargo de Consultor Legislativo, nível NUE-06, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia Legislativa, lotado na Coordenadoria da Ata, abono de permanência, nos termos do parágrafo 1º, do artigo 3º, da Emenda Constitucional nº 41/03.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 26.06.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

Diretoria Geral**Portarias****PORTARIA Nº 122/07**

O Diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta no processo protocolado sob o nº 6296, datado de 26 de junho de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

conceder, licença para tratamento de saúde à servidora deste Poder Legislativo, PATRICIA SATHER JANUARIO, matrícula nº 6387, de 120 (cento e vinte) dias, a partir de 01 de julho de 2007, CID. X 080.0.

Gabinete da Diretoria Geral, 09.06.07.

(a) ABIB MIGUEL
Diretor Geral

PORTARIA Nº 123/07

O Diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta no processo protocolado sob o nº 6255, datado de 25 de junho de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

conceder, licença para tratamento de saúde à servidora deste Poder Legislativo, SILVANA TEREZINHA BEVILACQUA, matrícula nº 4876, de 120 (cento e vinte) dias, a partir de 22 de maio de 2007, CID. X 080.0.

Gabinete da Diretoria Geral, 09.06.07.

(a) ABIB MIGUEL
Diretor Geral

Atas de Comissão

Defesa do Consumidor

COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR 1ª SESSÃO LEGISLATIVA - 16ª LEGISLATURA ATA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos onze dias do mês de junho de dois mil e sete, reuniu-se ordinariamente a Comissão de Defesa do Consumidor, sob a presidência do Sr. Deputado Reni Pereira. Havendo número legal, o Presidente, deu por aberta a presente reunião. Dado início aos trabalhos, passou-se à Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei nº 241/07, de autoria do Deputado Dobrandino da Silva. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Elio Rusch - APROVADO. Nada mais havendo a tratar, e para constar e produzir efeitos legais, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e por mim, Carlos Eduardo Carazzai, Secretário de Comissão.

(aa) RENI PEREIRA - Presidente
Carlos Eduardo Carazzai - Secretário

COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR 1ª SESSÃO LEGISLATIVA - 16ª LEGISLATURA ATA DA 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e oito dias do mês de junho de dois mil e sete, reuniu-se ordinariamente a Comissão de Defesa do Consumidor, sob a presidência do Sr. Deputado Reni Pereira.

Havendo número legal, o Presidente, deu por aberta a presente reunião. Dado início aos trabalhos, passou-se à Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei nº 256/07, de autoria do Deputado Douglas Fabrício. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Luiz Eduardo Cheida - APROVADO. Nada mais havendo a tratar, e para constar e produzir efeitos legais, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e por mim, Carlos Eduardo Carazzai, Secretário de Comissão.

(aa) RENI PEREIRA - Presidente
Carlos Eduardo Carazzai - Secretário

Publicações Administrativas:

Aditivo Contratual

ADITIVO CONTRATUAL

Protocolo: 9151/06

Data: 23/11/06

Contratante: Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

Contratada: Marli Penteado de Castro - ME.

Objeto: Fornecimento de refeições para a Presidência e 1ª Secretaria desta Assembléia.

Valor: R\$ 10,94.

Dotação: 3390.3900.

Vigência: 01/01/07 a 31/08/07.

(a) DIRETORIA DE APOIO TÉCNICO

